

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Bacharelado em Museologia



Monografia

Acervo fotográfico em arquivo e museu:

um estudo de caso no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora e no
Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas.

Renata Cardozo Padilha

Pelotas, 2011.

RENATA CARDOZO PADILHA

Acervo fotográfico em arquivo e museu:
um estudo de caso no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora e no
Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas.

Trabalho monográfico apresentado no Curso
de Bacharelado em Museologia da
Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca Ferreira Michelon

Pelotas, 2011.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a Francisca Ferreira Michelon (orientadora)

Prof^a. MS^a. Nóris Mara Pacheco Leal

Agradecimentos

São muitas as pessoas que contribuíram para que eu finalizasse mais uma etapa da minha vida, algumas pessoas estavam mais presentes e outras nem tanto, mas que foram fundamentais em algum momento para o meu crescimento pessoal e/ou profissional. Ainda que em poucas linhas quero agradecer a todos esses que passaram pelo meu caminho e deixaram marcas positivas na minha trajetória.

Em especial gostaria de agradecer a minha orientadora e amiga Profa. Francisca Ferreria Michelon pela oportunidade de trabalhar ao seu lado durante esses quatro anos de graduação, em que pude pesquisar, projetar, criar, e desenvolver diversas atividades que foram fundamentais para as minhas reflexões e amadurecimento profissional.

A Profa. Noris Leal pelo seu apoio, questionamentos e contribuições que foram determinantes no desenvolvimento deste trabalho, pois a partir disso consegui construir e fortalecer a ideia que será apresentada. Aos demais professores que fazem parte do corpo docente do curso e que foram essenciais para a minha formação acadêmica, permitiram a partir das suas diferentes especialidades e opiniões que eu pudesse construir bases fortes e sólidas para seguir adiante.

Aos meus colegas que me deram o prazer de desfrutar da sua companhia, tenho certeza que nossas diferenças de personalidade e pensamento fizeram com que hoje nós saibamos trabalhar em grupo e respeitar a opinião do outro. Agradeço em particular as minhas colegas Daniela, Mara e Marina, pelas conversas, desabafos, discussões, choros, risadas, enfim pelo companheirismo durante esses quatro anos. Ao meu irmão, amigo e agora colega de profissão Matheus Cruz, por me apresentar o misterioso curso de Museologia e mostrar que este era uma opção possível.

Agradeço a Raquel Schwonke, chefe do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), por possibilitar que eu desenvolvesse meu estágio curricular no museu, bem como todas as outras atividades que realizei nesta instituição, nesses anos de graduação, que foram de extrema relevância para o meu desenvolvimento acadêmico. Aproveito também e agradeço aos funcionários do MALG, por me acolherem como parte da equipe e tornar os dias de trabalho mais alegres e de boa convivência.

A equipe do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, pela atenção e disponibilidade com que me receberam na Instituição, além de permitirem que eu realizasse a pesquisa para a elaboração deste trabalho. A minha querida amiga portuguesa Aninha, que

mesmo com toda distância que nos separa, está sempre presente na minha vida me incentivando e apoiando meus anseios.

A minha família e amigos que sempre me incentivam e torcem para que eu realize todos os meus desejos e objetivos. Em particular a Cristiane, o Thiago, a Carol, a Júlia e a Samantha por dividirem comigo muitos momentos de alegria e descontração como também situações difíceis em que ininterruptamente pude contar com eles. Agradeço também ao meu querido Guilherme por ser incansável no seu afeto, carinho, compreensão e disponibilidade que foi e é fundamental para o meu equilíbrio emocional.

Em especial quero agradecer a minha mãe Carmen por todo amor, estímulo, comprometimento, carinho, dedicação e compreensão que me é doado, principalmente nesses quatro anos de estudo, trabalho, dedicação e stress da minha parte. Tenho certeza que tudo que tenho conquistado e que ainda pretendo conquistar é reflexo da presença e força que ela me dá.

Muito Obrigada!

“A responsabilidade pedagógica dos arquivos é a defesa do património fotográfico e o recohecimento da sua função social, pois é importante que ocorra a dinamização destes, para que não sejam reduzidos a meros bancos de dados e editores de postais ilustrados”.

Carmen Dolores A.B.F. de Almeida, Coordenadora do Arquivo Fotográfico da CME, 2009.

Resumo

PADILHA, Renata Cardozo. “**Arquivo fotográfico em arquivo e museu: um estudo de caso no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora e no Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas**”. 2011. 60f. Monografia, Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS.

Neste trabalho monográfico, pretendeu-se através do estudo dos conceitos de arquivo, museu e conservação fotográfica, identificar como as instituições de guarda de memórias, detentoras de acervo fotográfico, lidam com os procedimentos de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação. A partir disto, buscou-se comparar os aspectos operacionais dos Arquivos Fotográficos da Câmara Municipal de Évora e Memória da Universidade Federal de Pelotas, no que tange às variáveis acima, com os conceitos de arquivo e museu. Em seguida, utilizou-se esta análise como normalizador para redefinições da proposta do Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas.

Palavras-chave: arquivo, museu, acervo fotográfico, Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL.

Lista de Figuras

Figura 1: Prédio do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora.....	31
Figura 2: Depósito sujo.....	32
Figura 3: Depósito sujo (câmara fria).....	32
Figura 4: Sala de depósito limpo.....	32
Figura 5: Sala de depósito limpo - acondicionamento do acervo tratado.....	32
Figura 6: Setor administrativo e atendimento ao público.....	32
Figura 7: Sala de tratamento das coleções.....	32
Figura 8: Núcleo museológico - estúdio fotográfico do séc. XIX.....	33
Figura 9: Núcleo museológico – escritório do fotógrafo Eduardo Nogueira.....	33
Figura 10: Organização inicial do acervo.....	34
Figura 11: Tratamento das coleções – tratamento físico e documental.....	35
Figura 12: Tratamento das coleções – acondicionamento.....	35
Figura 13: Base de dados do AFCME.....	36
Figura 14: Capa do catálogo “Évora desaparecida”.....	37
Figura 15: Capa do catálogo “O futebol, a cidade e os homens”	37
Figura 16: Cartaz de divulgação “Serões em torno de uma fotografia”	38
Figura 17: Visita guiada.....	38
Figura 18: Bolsa feita a partir de faixas das exposições.....	38
Figura 19: Pacotes de açúcar com imagens reproduzidas do AFCME.....	38
Figura 20: Equipe do Arquivo da Universidade trabalhando na sala de pesquisa e documentação do MALG.....	40
Figura 21: Mobiliário utilizado para guarda das coleções - instalado na sala de pesquisa e documentação do MALG.....	40
Figura 22: Entrada do acervo no Arquivo da Universidade conforme procedência.....	41
Figura 23: Pré- organização das UDI.....	42

Figura 24: Base de dados do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL.....	43
Figura 25: Cartaz de divulgação da exposição “EBA 1949 – 1969 Fotografias”	44
Figura 26: Cartaz de divulgação da exposição “Unidades fundadoras da UFPEL”.....	44
Figura 27: Rótulo do catálogo da coleção Marina de Moraes Pires.....	44

Sumário

Introdução	11
CAPÍTULO 1: Estudo dos procedimentos de arquivo e museu: a inserção de acervos fotográficos	14
1.1 Arquivo.....	14
1.2 Museu	18
1.3 Acervos fotográficos: organização e tratamento	23
CAPÍTULO 2: Os Arquivos Fotográficos	30
2.1 O Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora	30
2.2 O Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas	39
CAPÍTULO 3: Teoria <i>versus</i> prática.....	46
3.1. Análise dos procedimentos empregados no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora.....	46
3.2. Análise dos procedimentos e proposta de redefinição da nomenclatura do Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas	51
Considerações finais	55
Fontes primárias	58
Referências bibliográficas.....	59

Introdução

O presente trabalho é um estudo do conceito de arquivo e museu nas práticas do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora (CME), cidade de Évora, Portugal, como normalizador para redefinições da proposta do Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Rio Grande do Sul, Brasil. Procurou-se, através do estudo dos conceitos de arquivo, museu e conservação fotográfica, identificar como estas instituições, detentoras de acervo fotográfico, lidam com os procedimentos de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação.

A preocupação atual em conservar acervos fotográficos levou a que se verificassem instituições de conservação de guarda de memórias, como arquivo e museu, desenvolvendo ações específicas no que diz respeito à documentação, conservação e disponibilização dessa tipologia de acervo. Com base nisso, buscou-se analisar como essas práticas são desenvolvidas no Arquivo Fotográfico da CME e no Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, identificando se os métodos e as técnicas realizadas são de fato conceitos ligados a arquivo, como sugerido na nomenclatura das instituições.

O interesse pelo tema surgiu a partir da minha participação no projeto de implementação do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, que iniciou suas atividades em fevereiro de 2009 e foi instalado provisoriamente no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), em junho do mesmo ano. Desde o início, trabalhei junto à equipe no processo de tratamento e salvaguarda do acervo, realizando diversas etapas, como: inventário, higienização, conservação física, restauração, digitalização, definição da base de dados e na realização de exposições, uma dessas em comemoração aos 40 anos da Universidade Federal de Pelotas.

Em Julho de 2009 fui contemplada com a bolsa de estudos no Programa de Bolsas Luso-Brasileira Santander Universidades que me permitiu estudar seis meses em uma universidade de Portugal. Ao procurar a universidade onde faria estágio, encontrei na cidade de Évora o Arquivo Fotográfico da CME, o qual me motivou a escolher a cidade para realizar os meus estudos. Assim, ao chegar à cidade procurei a coordenadora do arquivo e expus o interesse em pesquisar o mesmo com o objetivo de conhecer as ações desenvolvidas e a estrutura, para assim utilizá-lo como referência ao ainda recente Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, possibilitando, dessa forma, continuar os estudos com esta temática.

O Arquivo Fotográfico da CME é uma iniciativa da Câmara Municipal de Évora, Portugal, criada em 2001 com o objetivo de documentar através de imagens a história da cidade, do conselho e da região do Alentejo. As coleções são constituídas por imagens destas localidades, como também, de autoria de fotógrafos eborenses ou residentes na cidade, além de artefatos fotográficos que permitem contextualizar as mesmas. O Arquivo visa à proteção do patrimônio fotográfico local, através do incentivo a preservação, a pesquisa e a divulgação ao público.

O Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, inaugurou suas atividades no ano de 2009 em comemoração aos 40 anos dessa universidade. Este foi criado com o objetivo de preservar e guardar a memória visual das faculdades e escolas que fundaram a Universidade Federal de Pelotas, ou que surgiram após sua fundação. Tendo em vista o acelerado crescimento da instituição, viu-se necessário preservar suas memórias, uma vez que a história da Universidade se reconstrói rapidamente causando o esquecimento de sua origem.

Ao identificar o potencial modelar do Arquivo Fotográfico da CME, com relação a sua estrutura física e funcional, tornou-se oportuno sua utilização como modelo para a formação do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL. Porém, ao analisar as práticas desenvolvidas naquele Arquivo verificou-se uma confusão com relação aos conceitos empregados nos seus aspectos operacionais.

Sabe-se que arquivo e museu possuem co-responsabilidade no processo de difusão da informação, porém com materiais e técnicas distintos (BELLOTTO, 2006), desta forma, buscou-se identificar a que universo pertencem às instituições analisadas. Sendo assim, desenvolvi um estudo dos conceitos de arquivo e museu identificando qual dos dois universos pertence às práticas de documentação, tratamento físico e disponibilização, desenvolvidas no Arquivo Fotográfico da CME e no Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL.

Após, observei a proposta do Arquivo Fotográfico da Universidade e tracei os conceitos que, de fato, definem sua iniciativa. Através da análise entre o estudo dos conceitos e a observação dos aspectos operacionais dos Arquivos analisados, foi possível refletir sobre uma sugestão que normalizasse a proposta do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL. Como hipótese do trabalho, acredito que os caminhos levarão para uma proposta de modificação do nome de Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL para Fototeca Memória da UFPEL, pois essa será parte do futuro Museu do Conhecimento para Todos da UFPEL, que se constituirá em um setor específico para o acervo fotográfico da Universidade, justificando-se através de métodos e técnicas de documentação e ações museológicas.

No primeiro capítulo, abordou-se a estrutura conceitual de arquivo e museu, referente às ciências da informação, sob os aspectos de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação, e a inserção do processo de sistematização de fotografia nestas instituições. Além disso, discutiu-se sobre as formas de tratamento físico e informacional de acervos fotográficos, identificou-se a importância de preservar e conservar fotografias, bem como se reconheceu o esforço que instituições e especialistas em acervos fotográficos estão tendo na tentativa de padronizar os procedimentos de tratamento e organização deste acervo.

O segundo capítulo tratou do caso específico dos Arquivos Fotográficos, descrevendo a observação das práticas desenvolvidas nos Arquivos Fotográficos da CME e Memória da UFPEL, sob os aspectos estudados. Desta forma, pode-se compreender, ainda que previamente, se as ações realizadas nos Arquivos são aplicadas de acordo com os conceitos estudados.

O terceiro capítulo apresentou os resultados da análise dos procedimentos empregados nos Arquivos, desenvolvido com base no levantamento dos dados e a conceituação do primeiro capítulo. Através da comparação entre teoria e prática realizada mediante análise, foi possível compreender a que universo pertencem os Arquivos analisados, se voltado para as práticas arquivísticas ou museológicas. Além disso, elaborou-se uma proposta de redefinição de nomenclatura para o Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL que pudesse contemplar de fato a real intenção do mesmo.

Este trabalho se desenvolveu através da realização de entrevistas semi-estruturadas com as coordenadoras dos Arquivos Fotográficos da CME e Memória da UFPEL, e duas funcionárias do Arquivo Fotográfico da CME. Contou, também, com a descrição realizada no caderno de campo sobre observações feitas *in loco* e com análise dos documentos cedidos pelo Arquivo Fotográfico da CME. Além dessas fontes primárias, foi feito durante a pesquisa revisão bibliográfica sobre os conceitos e práticas de arquivo, museu e conservação fotográfica, o que possibilitou a comparação entre teoria e prática.

O intuito deste trabalho é trazer questionamentos, reflexões e principalmente novas ideias no que diz respeito a instituições de guarda de memórias detentoras de acervo fotográfico, bem como averiguar quais são as formas de tratamento e organização adequados a este acervo. Buscou-se também refletir, mesmo que indiretamente, como a teoria e a prática ainda se confrontam dentro das instituições.

CAPÍTULO 1: Estudo dos procedimentos de arquivo e museu: a inserção de acervos fotográficos

Neste capítulo, apresenta-se um estudo dos conceitos de arquivo e museu, com relação a seus processos operacionais no que diz respeito à documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação. Busca-se diferenciar e analisar as funções do arquivo e museu no que tange à guarda de acervo fotográfico, além de elucidar sobre a atual necessidade de preservação fotográfica, pelas instituições de salvaguarda de memórias e pelos profissionais da área.

1.1 Arquivo

O arquivo é uma instituição que recolhe, guarda, preserva e organiza os documentos criados por uma entidade ou pessoa ao longo de suas atividades, e que tem por objetivo a preservação dos mesmos para sua utilização futura. Sua característica primordial é ser funcional, ou seja, os documentos são classificados, ordenados e conservados de modo que facilite o acesso possibilitando a difusão da informação (BELLOTTO, 2006; PAES, 2006).

O arquivo é órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; que os objetivos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estiver ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos (em outras palavras, quando cessarem as razões por que foram criados); e que a fonte geradora é única, ou seja, é administração ou a pessoa à qual o arquivo é ligado. (BELLOTTO, 2006, p.38)

Observa-se que os documentos de arquivo são testemunhos claros e evidentes da vida das instituições; através desses é possível compreender todo o processo que envolve a formação de uma administração pública ou privada. Isto ocorre devido ao fato do arquivo se organizar a partir de fundos documentais.

Entende-se por fundo, o conjunto de documentos criado e armazenado por uma mesma fonte geradora, no decorrer de suas atividades, guardado de forma orgânica e que é preservado com o intuito de prova ou testemunho legal ou cultural (BELLOTTO, 2006; PAES, 2006). Considera-se, assim, que o arquivo é constituído a partir do princípio da proveniência, como afirma Bellotto (op. cit., p.128) “não devendo ser mesclados a

documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim”.

De acordo com Bellotto, “os arquivos recebem os documentos através de passagem natural, dentro do esquema das três idades: da produção à tramitação [...]” (2006, p.37). Identifica-se desta forma, a transição de arquivo corrente, ao intermediário, chegando por fim ao permanente, através do recolhimento.

Os documentos recebidos no arquivo permanente se encontram ordenados cronologicamente, obedecendo ao critério da organização em série, de modo que permita identificar como estavam submetidos em sua fase ativa. Além disso, quando há separação entre os diferentes departamentos que os produziram, respeita-se a formação, uma vez que se pode identificar a divisão em grupos, mesmo que essa não esteja ainda denominada (BELLOTTO, 2006). Ainda nesse sentido, de acordo com Paes (2006, p.28), série é a “designação dada às subdivisões de um fundo, que refletem a natureza de sua composição, seja ela, estrutural, funcional ou por espécie documental”.

Há dois aspectos apresentados por Bellotto (2006, p.131) a serem levados em consideração quando se trata de práticas arquivísticas. O primeiro trata do “respeito aos órgãos de origem, não deixando que seus documentos se misturem com os de outros órgãos”; o segundo procede com “respeito à ordem estrita em que os documentos chegam da repartição de origem, na seqüência original e em séries, [...]” (2006, p.131).

A partir disso, compreendem-se os motivos pelos quais não existam coleções nos arquivos genuínos, pois para que um conjunto de documentos se configure como fundo é fundamental que se estabeleça a relação orgânica entre seus elementos, e em contra partida as coleções são constituídas através de uma reunião artificial de documentos dos mais variados tipos (BELLOTTO, 2006). Portanto, ao compreender que o principal objetivo do arquivo é preservar a origem, reconhece-se como método exclusivo de organização os fundos documentais.

Após a entrada do fundo no arquivo, começa-se o processo de classificação/arranjo e ordenação dos documentos. Gonçalves (1998) apresenta essas definições claramente no manual “Como Fazer”. Sua obra serve como apoio às bibliografias mais atualizadas a respeito de conceituação e funcionamento arquivístico, tais como: “Arquivos Permanentes: tratamento documental” de Heloísa Bellotto, 2006; “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” do Arquivo Nacional, 2004; “Arquivo: teoria e prática” de Marilena Paes, 2006.

De acordo com Gonçalves (1998, p.11), “os métodos de classificação e ordenação empregados nos arquivos são meios utilizados para a organização dos documentos”, ou seja, para que essas práticas sejam eficientes e funcionais é necessário que ambas sejam complementares nas suas ações. Quanto à terminologia arranjo ou classificação, entende-se que ambas as ações possuem os mesmos procedimentos básicos; no meio arquivístico brasileiro, porém,

foi consagrada a distinção entre “classificação” e “arranjo”. De acordo com tal distinção, a “classificação” corresponderia às operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter **corrente**, a partir análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos. Por seu turno, o “arranjo” englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter **permanente**. (GONÇALVES, 1998, p.11).

Seguindo a idéia de classificação/arranjo e ordenação apresentada por Gonçalves (1998, p.12), classificar/arranjar é “basicamente, dar visibilidade às funções e atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos”. Atualmente, essas terminologias são claramente divididas e definidas. Tratando-se de arquivo permanente, consiste na ordenação estrutural ou funcional dos documentos em fundos, na ordenação das séries dentro desses e, se necessário, dos itens documentais dentro das séries, procedimento denominado como arranjo. Já se tratando de arquivo corrente, o processo de organização se dá através da distribuição dos documentos em uma seqüência alfabética, numérica ou alfanumérica, denominado classificação (PAES, 2006).

Quanto ao sistema de ordenação, segundo Gonçalves (1998, p. 12), “seu objetivo básico é facilitar e agilizar a consulta aos documentos [...]. Compreende-se esse método como meio para tornar a informação acessível, ou seja, possibilitar que os tipos documentais sejam organizados especialmente do ponto de vista das consultas realizadas (GONÇALVES, 1998). Observa-se a partir das definições de Paes (2006), que atualmente não há separação no procedimento de classificação/arranjo e ordenação, torna-se um método único de organização primeira dos fundos.

Outra definição importante do contexto arquivístico é o processo de descrição, tarefa típica dos arquivos permanentes, o qual permite que as informações contidas nas séries e/ou unidades documentais cheguem até o pesquisador com o maior número de dados possíveis (BELLOTTO, 2006).

Os conteúdos, a tipificação das espécies documentais, as datas-baliza, as subscrições, as relações orgânicas entre os documentos e a ligação entre função e espécie, enfim todos os elementos ligados às informações de interesse do historiador é que serão objeto do trabalho descritivo. (BELLOTTO, 2006, p.174)

Segundo Lopez (2007, p.11), “somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilita tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram”. Considera-se, deste modo, que a descrição é uma técnica utilizada pelo arquivo como forma de identificar os aspectos formais e de conteúdo dos elementos de um conjunto, para que a partir disso possa se construir instrumentos de pesquisa.

Desta forma, há que se destacar outros dois métodos utilizados no processo de descrição documental: trata-se do inventário e do catálogo. O primeiro, segundo Bellotto (2006, p.197), “é o instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica, [...]. Já sobre o catálogo, Bellotto (op.cit., p.202), define como “um instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem da classificação”.

Quanto ao procedimento de difusão da informação contida dentro do arquivo, vem se tornando cada vez mais frequente a discussão, com base nas novas tecnologias, sobre a necessidade do arquivo divulgar seus procedimentos e se tornar acessível, de forma a identificar seu real papel dentro da sociedade a qual faz parte (BELLOTTO, 2002; 2006). Sendo assim, considera-se que a divulgação e o acesso são procedimentos fundamentais para a valorização do trabalho das instituições e reconhecimento de seu papel social. Verifica-se uma relação de troca, na qual o arquivo disponibiliza as informações, e a sociedade retribui com pesquisa, participação e interesse. De acordo com Bellotto (2002), o arquivo necessita estar a serviço da sociedade, para que assim, faça valer sua existência.

E é nesse sentido do acesso do cidadão ao universo da informação, seja a de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico etc. tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade. (BELLOTTO, 2002, p.169)

Além disso, ao tratar da inserção da fotografia no arquivo, identifica-se que, além de seu caráter documental há necessidade de separação tipológica, como forma de preservar e conservar os diferentes suportes fotográficos como provas, negativos, fotografia em preto e branco, entre outros. Segundo Lopez (2007, p.2) “a inclusão de documentos fotográficos nos arquivos ocorreu em um momento posterior à ampla difusão desta técnica na sociedade”. Ao

incorporar a fotografia nas práticas administrativas, surge uma valorização do registro fotográfico como imagem, prejudicando sua função como documento (LOPEZ, 2007).

Com base nisso, ocorreu um considerável esforço da parte dos arquivos em organizar tal documento, atentando para a identificação do fotógrafo e da técnica de obtenção da imagem, para o reconhecimento do suporte e para a descrição da fotografia, com o intuito de não se perder a contextualização do conjunto documental (LOPEZ, 2007). Na verdade, o que se percebe ao longo dos anos é que a fotografia passa a ter um valor estético-documental, além de apresentar diferentes suportes, o que acaba exigindo das instituições um reconhecimento maior de suas particularidades (PAES, 2006; LOPEZ, 2007).

Os documentos imagéticos de arquivo – talvez por sua estética visual, por seus suportes, ou por algum outro fator – têm provocado a organização individualizada de unidades documentais, ou, na melhor das hipóteses, a formação de coleções dissociadas de seu organismo produtor, reduzindo as possibilidades de uma compreensão global de seu significado” (LOPEZ, 2007, p.10).

Segundo Paes (2006, p.148), “as atividades de um arquivo fotográfico devem ser desenvolvidas basicamente em cinco fases: recepção e identificação, preparo, registro, arquivamento e pesquisa”. Estes procedimentos devem seguir a ordem proposta, que vai da chegada do suporte fotográfico ao arquivo, passa pelo processo de identificação, chegando até ao acondicionamento ideal dos suportes.

Para se evitar a deterioração pela umidade e acidez, as fotografias devem ser acondicionadas em *folders* confeccionados em papel de pH neutro e guardadas em pastas suspensas, com suportes de plástico. Devem ser identificadas pelo mesmo código de assunto ou número de registro dado ao grupo de fotos que contêm e arquivadas pelo código do assunto principal ou em ordem numérica crescente, conforme o método adotado, em móveis de aço. (PAES, 2006, p.151)

Observa-se, contudo, que os arquivos fotográficos possuem o objetivo claro de funcionalidade. Isto se percebe a partir das suas práticas de organização e tratamento que se limita a identificar o todo, ou seja, sua preocupação informacional se restringe ao contexto do grupo, e os procedimentos de preservação/conservação/restauração passam a ter a preocupação maior com o acondicionamento ideal do acervo.

1.2 Museu

De acordo com o Estatuto Brasileiro de Museus, Lei nº 11.904/2009 é considerado museu as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam

e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É um órgão colecionador, que classifica seu acervo conforme a natureza do material e a finalidade específica a que pertence (BELLOTTO, 2006), tendo por objetivo primordial realizar ações de preservação, investigação e comunicação de bens culturais. Estas ações são definidas por Cândido (2006) de forma a compreender seus procedimentos:

O ato de preservar inclui coleta, aquisição, o acondicionamento e a conservação desses bens; a missão de comunicar se realiza por meio das exposições, publicações, projetos educativos e culturais; e o exercício de investigar permeia todas as atividades de um museu, fundamentando-as cientificamente. (CÂNDIDO, 2006, p.34)

O museu possui finalidade essencialmente cultural: seu acervo consiste de criações artísticas ou de produtos materiais criados pelas comunidades, servindo de informações visuais que testemunham uma época ou atividade (BELLOTTO, 2006). O acervo é formado por objetos bi ou tridimensionais, que possuem uma grande variedade tipológica, podendo ser antropológico, etnográfico, arqueológico, de artes visuais, de ciências naturais e/ou história natural, ciência e tecnologia, imagem, som e virtual (COSTA, 2006).

Observa-se, no entanto, que uma instituição museológica se constrói vinculada à ideia de memória e identidade, uma vez que lida com vestígios da vida de seus produtores e usuários originais. Sua reprodução busca semelhança com o real, por isso sua organização estrutural e funcional é baseada em métodos e técnicas específicas, de acordo com a tipologia de acervo, que visam melhor forma de documentar, conservar e divulgar os procedimentos realizados.

Segundo Cândido (2006, p.34-35), é papel da instituição museológica “criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes, estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado”. Portanto, considera-se necessário que as etapas de desenvolvimento das coleções sejam cumpridas ordenadamente, desde a entrada até a difusão da informação, para que a comunicação entre museu e o público seja coerente e acessível.

Para que haja compreensão das práticas museológicas no que diz respeito ao desenvolvimento das coleções, é necessário que se inicie a abordagem pelo processo de documentação museológica. Esta é toda informação referente ao acervo do museu, trata-se do

conjunto de dados informacionais contidos em cada um dos itens pertencentes nas coleções do museu (COSTA, 2006; FERREZ, 1994).

De acordo com Ferrez (1994, p.65), “é um sistema de recuperação da informação capaz de transformar [...] as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento”. Conforme Cândido (2006) os componentes deste processo podem ser visto em três etapas: a entrada: seleção e aquisição; a organização e o controle: registro, número de identificação/marcação; e a armazenagem/localização: classificação/catalogação e indexação. Com base nisto,

[...] documentação de acervos museológicos é procedimento essencial dentro de um museu, representando o conjunto de informações sobre os objetos por meio da palavra (documentação textual) e da imagem (documentação iconográfica). Trata-se, ao mesmo tempo, de um sistema de recuperação da informação capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou em agentes de transmissão de conhecimento, o que exige a aplicação de conceitos e técnicas próprios, além de algumas convenções, visando à padronização de conteúdos e linguagens. (CÂNDIDO, 2006, p.36)

Após o reconhecimento da importância deste procedimento para o desenvolvimento das coleções museológicas, seguem as etapas sugeridas por Cândido (2006). A aquisição do acervo passa a ser a primeira responsabilidade que o museu possui de interpretar, caracterizar e comunicar a sua proposta cultural (MORO, 1986). O acervo pode ser adquirido através de: coleta, doação, legado, empréstimo, compra ou permuta.

Após, passa-se às etapas de organização e controle e armazenagem/localização; a primeira começa com o registro do acervo, coloca-se o número de identificação/marcação em cada objeto/documento, ainda nesta etapa permite que se identifique se a entrada do mesmo é permanente ou temporária; a segunda, é no que tange a classificação/catalogação e indexação, passa-se a identificar os objetos a partir do material, das dimensões e das técnicas, como também, das características informacionais deste, como autor, origem, procedência, forma de aquisição, estado de conservação e observações gerais, esta etapa se desenvolve para fins de acesso e pesquisa (CÂNDIDO, 2006).

Observa-se que o objeto museológico deve ser visto como único dentro de uma coleção, identificado em suas múltiplas possibilidades de abordagem, numerado peça por peça, de forma completa, através do seu registro individual. Estabelece-se um código único de registro ou inventário, representando o elemento básico de todo o sistema de identificação e controle do objeto. Deve-se levar em consideração que, por mais que a museologia estabeleça algumas recomendações metodológicas para o registro dos objetos, não existe norma oficial

de numeração, podendo cada instituição adotar determinada norma, segundo seu interesse (CÂNDIDO, 2006).

Seguindo as etapas sugeridas por Cândido (2006), a classificação do acervo serve para identificar as principais categorias das coleções, inserindo os objetos nestas com a finalidade de identificar corretamente o objeto e analisar os níveis de informação contidos nele. De acordo com a autora (op.cit., p.41), “a classificação de cada objeto se fundamenta no critério função. [...], portanto de significado funcional, é atributo imutável e presente em todos os objetos, [...].”.

Verifica-se através disso, que o sistema de classificação é a forma que o museu se utiliza para criar meios de facilitar a pesquisa das coleções. Desse modo, é necessário considerar dentro deste procedimento de classificação museológica, a criação do instrumento denominado *Thesaurus*¹, o qual foi desenvolvido como forma de padronização no esquema classificatório das instituições museológicas, utilizando-se de nomenclaturas como termos, classes e subclasses para sua identificação (FERREZ; BIANCHINI, 1987).

Finalizando a etapa da prática de documentação museológica, apresentam-se as categorias de acervo e pesquisa museológica. A primeira, também chamada de subdivisões tipológicas, atende a critérios diversos de interpretação do acervo, fornecendo uma identidade artificial predeterminada (CÂNDIDO, 2006). Cabe ressaltar que, de acordo com Cândido (op.cit., p.43), “os objetos pertencentes ao mesmo “endereço”, ou seja, à mesma categoria, têm como interface uma mensagem simbólica, dentro do universo das relações do acervo”. Já a segunda, conforme exemplifica Costa (2006, p.45), é “toda informação que o objeto possui de ordem socioeconômica – cultural”, pode possibilitar identificar o máximo de informações sobre o objeto.

Após o processo de identificação e documentação do objeto/documento de museu, passa-se à prática de preservação, conservação e restauração das coleções museológicas, devendo ser claro que, para cada tipologia de acervo, existem métodos e técnicas distintas. Mas de um modo geral, a preservação prevê os possíveis riscos e danos que coloquem em perigo a integridade física de um bem cultural que, se passa a ser prontamente atendida pela sistematização da conservação preventiva, cumprirá seu objetivo de aumentar a vida útil do objeto ou retardar seu envelhecimento (DRUMOND, 2006).

¹ Instrumento de controle da terminologia utilizada para designar documentos/objetos, funciona como um sistema consistente de classificação e denominação de artefatos. Trata-se, portanto, de um recurso metodológico fundamental para o processamento técnico de acervos museológicos.

Destaca-se também nessa prática o procedimento de restauração que é utilizado para reintegrar o objeto/documento em estado grave de deterioração, como no caso dos suportes fotográficos, que podem ser encontrados com rasgos, vincos, vidro partido, entre outros. Sendo assim, segundo Costa (2006, p.46), “a conservação das peças do acervo de um museu pressupõe sua guarda, transporte e exposição em condições adequadas. Só assim estará garantida a integridade desses objetos”.

Quanto à prática de propagação da informação, que se desenvolve através de meios de divulgação e acesso, verifica-se que é uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento dos museus, uma vez que é a partir de meios como exposições, publicações, catálogos e ações educativas que estes constroem a parceria museu e sociedade. Desta forma, estes instrumentos permitem que a informação ultrapasse os muros institucionais e se relacione com o público, tornando o museu um organismo vivo que contribui na formação do indivíduo crítico e participativo dentro de sua comunidade.

Isto fica claro quando Santos (2002) relaciona os processos educativos e museológicos como uma ação única para o desenvolvimento do indivíduo, identificando

que o processo museológico é um processo educativo e de comunicação, capaz de contribuir para que o cidadão possa ver a realidade e expressar essa realidade, qualificada como patrimônio cultural, expressar-se e transformar a realidade. Nesse sentido, o processo museológico é ação educativa e de comunicação. (SANTOS, 2002, P.314)

Essas ações promovidas pelo museu são resultado do trabalho de documentação, conservação e de pesquisa realizados em um primeiro momento, como visto anteriormente. De acordo com Costa (2006, p.74), o museu e a exposição “[...] possuem um papel de instrumento, entre outros, da implementação do patrimônio numa dinâmica de desenvolvimento. [...] é preciso fazer o patrimônio falar, comunicar, com uma linguagem acessível a todos”.

Além disso, passa-se a tratar da inserção de coleções fotográficas no museu, mais precisamente do processo de organização e tratamento destas. De imediato, identifica-se uma ocorrência cada vez mais comum de criação de espaços próprios, dentro dessas instituições, para o tratamento físico (higienização, conservação, restauro e acondicionamento) e documental de coleções fotográficas, isto tem ocorrido por se tratar de uma tipologia complexa devido a sua variedade de suportes e materiais.

O método de separar o material fotográfico dos outros objetos ainda é recente nas práticas museológicas, e por esse motivo é encontrada pouca bibliografia sobre o assunto.

Esta preocupação surge juntamente com o desenvolvimento da fotografia na sociedade, no momento em que à imagem fotográfica passa a ser atribuído valor documental e não apenas estético.

Nesse sentido, há duas maneiras de inserir a fotografia em uma coleção de museu, a primeira é ela sendo tratada como fotografia-obra, e a segunda, fotografia-documento, e que para tanto necessitam de tratamento distintos. Sendo assim, verifica-se esta necessidade de criar um espaço com métodos e técnicas de organização e tratamento próprio ao acervo fotográfico, principalmente quando se refere à fotografia-documento, pois segundo o “Sistema de Documentación para Museos”

No nos referimos aquí a las fotografías- obras de museo, que serían aquellas que por su interés artístico o histórico forman parte de las obras del museo y que como tales figuran en el inventario general y están tratadas como cualquier otro objeto de la colección. (PORTA, MONTSERRAT, MORRAL, 1982, p.74).

Esta fotografia-documento precisa de um ambiente adequado para que seja possível a dedicação ao tratamento da informação, através da organização e interpretação da sua complexidade; e o tratamento físico, através da conservação preventiva e a restauração apropriada aos diferentes materiais e suportes. Defende-se, portanto, a importância da criação de um setor próprio para este acervo, mesmo que à forma de documentar, preservar, conservar, restaurar e divulgar as coleções fotográficas se assemelhe aos métodos e técnicas museológicos apresentados neste capítulo, porém a forma como é interpretado e estudado é que se diferencia do restante dos objetos do museu.

Em vista disso, a documentação continua sendo realizada peça por peça, através do processo de catalogação, a divulgação dessas ocorre por meio de exposições fotográficas, publicação de catálogos e ações educativas e culturais com a sociedade, como já observado nas práticas corrente do museu. Além disso, há uma preocupação quanto a essas serem acessíveis aos usuários, para isto as instituições adotam bancos de dados, resolvendo o problema de acessibilidade, bem como da divulgação, possibilitando a pesquisa organizada e detalhada das imagens.

1.3 Acervos fotográficos: organização e tratamento

Organizar e preservar acervos fotográficos têm sido uma prática de significativa expansão nestes últimos vinte anos, corrente nas instituições de guarda de memórias (BURGI,

2001). Isto ocorre devido ao avanço que a fotografia teve ao longo dos anos desde sua invenção no séc. XIX. Após a primeira imagem fixada em um suporte pelos inventores Niépce² e Daguerre³, o processo fotográfico, juntamente com o reconhecimento deste procedimento pela sociedade, evoluiu.

Desta forma, passa-se a identificar a fotografia como um instrumento de testemunho do passado, que fixa um dado momento, transformando-o em uma imagem com capacidade narrativa. Desde então, atribuiu-se a ela certo caráter documental, pelo qual os pesquisadores a conceituam como fonte histórica, capaz de retratar um fato ocorrido ou até mesmo identificar, através da imagem, o contexto sociocultural de uma época (KOSOY, 2001).

São vários os fatores que fizeram com que os indivíduos passassem a valorizar, preservar e conservar as fotografias. Para Cartier-Bresson (2004), a compreensão do papel cultural e histórico que a fotografia carrega consigo foi um dos fatores relevantes: “[...] os estudos e pesquisas sobre a fotografia se desenvolvem: a história simples das técnicas se enriquece com a tomada de consciência das dimensões estética, cultural, e didática das imagens”. (CARTIER-BRESSON, 2004, p. 2).

Marcondes (2002, p.121) acredita “na importância da fotografia como instrumento de memória e conservação de dados e fatos históricos”; entende que ela traz informações do passado que de outra forma poderia não ser documentada. Observa-se, portanto, que o tratamento e a organização das fotografias passam a ser a única forma de preservar esses fragmentos do passado.

A crescente utilização de documentos fotográficos como objeto e fonte de estudo em diversas áreas do conhecimento demonstra a necessidade do estabelecimento de instrumentos de pesquisa que permitam a localização dos acervos fotográficos existentes, bem como possibilitem a recuperação do seu conteúdo informativo. O usuário voltado para a pesquisa de imagem sofre, ainda hoje, com a falta desses instrumentos (INTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA, 1992).

Em vista disto, vem aumentando o interesse das instituições de guarda de memórias, neste caso arquivo e museu, em preservar, conservar, restaurar e guardar determinadas fotografias com o objetivo de disponibilizá-las a sociedade. Sendo assim, organismos no Brasil, como a FUNARTE⁴ - CPPF⁵, Fundação Biblioteca Nacional⁶, Fundação João

² Pode ser considerado o inventor da fotografia, conseguiu fazer a primeira imagem fotográfica permanente com auxílio de uma câmara improvisada pelo seu aliado Daguerre.

³ Considerado o inventor da fotografia, especialista na utilização da luz e de efeitos luminosos em pinturas panorâmicas e cenários. Criou uma câmera improvisada servindo de auxílio para a fixação da imagem produzida pelo seu aliado Niépce.

⁴ A Fundação Nacional de Artes, é o órgão responsável no âmbito do Governo Federal pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Produziu “Arquivo Fotográfico: estudo preliminar”, em 1982.

Pinheiro⁷, Fundação Nacional Pró-Memória/ Museu Imperial⁸, entre outros, são geradores de discussões a cerca deste assunto. Criaram manuais de estudos sobre métodos e técnicas de organização e tratamento de acervos fotográficos, para que assim, houvesse padronização nos procedimentos empregados pelas instituições detentoras de acervos fotográficos, de forma adequada, compreendendo sua variedade tipológica de suportes e materiais.

Além disso, ocorreu um profundo esforço dos estudiosos, como Burgi, Cartier-Bresson, Kossoy, Marcondi e Pavão, das áreas de fotografia, ciências da informação, preservação, conservação e restauração, em desenvolver mecanismos específicos para tratar os acervos fotográficos que chegam a estas instituições. Marcondes (2002, p.125) expõe essa preocupação quando relata que “muitas instituições detentoras de acervos fotográficos importantes tratam essa documentação sem levar em consideração as diferenças de suporte material”.

O que se percebe, porém, é que existem métodos e técnicas básicos de tratamento de conservação, como higienização, acondicionamento e armazenagem. No entanto, ao tratar da organização documental destes acervos, identificam-se distinções referentes às instituições de guarda de memórias, no caso arquivo e museu, que lidam de maneiras distintas com a informação e os procedimentos de divulgação e acesso.

Pode-se assim identificar que a fotografia é vista no arquivo como parte de um todo inserido no contexto de um fundo documental e que, no museu, a fotografia é entendida como um objeto museológico, único, que pode ou não fazer parte de uma coleção. Neste caso, retiram-se todos os dados informacionais, suas características intrínsecas⁹ e extrínsecas¹⁰ (FERREZ, 1994), contidas na fotografia/objeto.

Segundo Burgi (2001), existem etapas fundamentais para que haja um correto processamento técnico das coleções fotográficas, desde o momento em que estas chegam a uma instituição. Pensando nisso, o autor lista os procedimentos por ordem de ação: dossiê de aquisição da coleção, registro, identificação, inventário preliminar, arranjo, acondicionamento

⁵ O Centro de Conservação e Preservação Fotográfica, da FUNARTE, é uma instituição de caráter técnico, atuante na recuperação de acervos fotográficos brasileiros públicos e privados. Pioneiro na América do Sul é hoje uma referência internacional no setor de conservação fotográfica. Produziu os “Cadernos técnicos de conservação fotográfica”, em 2004.

⁶ Produziu o “Manual para Indexação de Documentos Fotográficos”, em 1998.

⁷ Produziu o “Manual de orientação para a preservação de acervos fotográficos”, em 1985.

⁸ Produziu “Fotografia como fonte de pesquisa: histórico, registro, arranjo, classificação e descrição”, em 1986.

⁹ São as informações deduzidas por meio do próprio objeto, ou seja, através da análise das suas propriedades físicas.

¹⁰ São as informações obtidas por meio de outras fontes que não o objeto, permite compreender o contexto que o objeto existiu, funcionou e adquiriu significado. Este pode ser identificado através de fontes bibliográficas ou documentais.

e higienização, descrição/catalogação, indexação, reprodução/digitalização, automação e tratamento de restauração. Em complemento às etapas sugeridas por Burgi (2001), relacionam-se os estudos de Luis Pavão¹¹ (1997; 2004) e o Manual de “Como Tratar Coleções de Fotografias” (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002), como forma de discutir e fortalecer essas práticas aplicadas para o tratamento e organização de acervos fotográficos.

Sendo assim, passa-se a definir as etapas apresentadas por Burgi (2001). O dossiê de aquisição da coleção é o primeiro contato da instituição com o acervo fotográfico, assim, são organizadas e estruturadas todas as informações referentes ao fundo e/ou coleção, como proveniência, contatos dos doadores/vendedores, controle de aquisição, entre outros (BURGI, 2001; PAVÃO, 1997). Antes de adquirir o acervo, Pavão (1997, p.259) sugere que se faça uma avaliação prévia, pois a instituição “poderá adquirir toda a coleção, rejeitar toda coleção ou adquirir apenas uma parte ou algumas fotografias e rejeitar o restante”, indicando, neste último caso, outras instituições que se interessem nas temáticas e épocas que foram descartadas.

Após a efetiva entrada do acervo na instituição, todo este deve ser registrado no tombo das coleções fotográficas, contendo dados como localização, nome da coleção, sigla ou número da coleção, tipologia, autores, procedência, data de aquisição (BURGI, 2001), além, da descrição breve de conteúdo (PAVÃO, 1997) e o total de documentos fotográficos por tipologia de suporte (COMO TRATAR COLEÇÕES DE FOTOGRAFIA, 2002). A etapa de identificação surge em seguida desse processo, para que as pastas e caixas das coleções tenham etiquetas identificadoras. De acordo com Burgi (2001, p.32) “Quando lidando com uma fotografia avulsa, álbum ou outro item sem invólucro, a notação somente deverá ser realizada com um lápis macio em local discreto e que não interfira no conteúdo de informação do objeto”.

O inventário preliminar ou o pré-inventário, termo utilizado por Pavão (1997, p.261), “é um relatório escrito, descritivo da coleção recebida. A sua utilidade reside no facto de nos permitir um conhecimento mais aprofundado da coleção, o que auxiliará a melhor planearmos a sua conservação”. Considera-se necessário, nesta etapa, observar detalhadamente todo o acervo recebido, o estado de conservação das provas e negativos, medir o formato, analisar a temática e o conteúdo das fotografias, enfim, retirar toda a informação que possibilite o conhecimento do acervo para uma boa intervenção (BURGI, 2001).

¹¹ Responsável pelo setor de conservação de fotografia do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (AFCML). Além disso, tem lecionado cursos de conservação de fotografias em diversas escolas e instituições portuguesas. É professor na escola AR. CO (Centro de Arte e Comunicação Visual).

No que tange o procedimento de arranjo, segundo Burgi (2001)

trata-se de fundamentos de organização arquivística associada ao tratamento de grupos de materiais. [...] melhor maneira de se agrupar os itens desta coleção. Dentro das três formas básicas nas quais as fotografias são adquiridas – individualmente, em grupos ou como parte de uma coleção maior – durante a fase de arranjo, grupos são mantidos ou criados para efetivamente torná-los disponíveis para pesquisa. [...]. Com a definição do arranjo (ordenamento por autor, por assunto, etc. ou por critério hierárquico), pode-se estabelecer uma *notação individual* para cada objeto dentro da coleção, utilizando – se por exemplo, uma notação de tipo *alfa numérico*. (BURGI, 2001, p. 33).

Diferentemente do que propõe Burgi (2001), Pavão (1997) nomeia essa mesma etapa como “organização”, entendendo que “a coleção recém-adquirida terá quase sempre uma forma de organização original inadequada para a sua conservação e para o uso da instituição receptora” (PAVÃO, 1997, p.264). O autor propõe ainda que coleções de fotografia sejam organizadas em grupos segundo a tipologia da espécie, bem como também, ordenadas de acordo com o formato destes. Não se descarta a possibilidade de organizar o acervo fotográfico por tema, por autores ou por datas, mas que não colidam com as outras formas de organizar (PAVÃO, 1997; FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002).

Quanto à etapa de acondicionamento e higienização, entende-se por processo de sistema de armazenamento e limpeza adequada à preservação de acervos fotográficos (BURGI, 2001). De acordo com Pavão (1997, p.269), “a limpeza e o acondicionamento das espécies tornam-se assim tarefas obrigatórias e complementares: a limpeza está sempre associada ao acondicionamento em novas embalagens”. As embalagens devem possuir pH neutro e o processo de higienização deve seguir cuidadosamente métodos e técnicas referentes a cada tipologia de suporte, métodos e técnicas, como, por exemplo, aqueles apresentados nas obras de referência citadas neste trabalho.

De acordo com Burgi (2001, p.34), a etapa de descrição/catalogação dos itens que compõem uma coleção “pode ser feita individualmente e/ou por lotes, e este procedimento será fortemente influenciado pelo arranjo estabelecido previamente”. Após a instituição decidir o procedimento que melhor se enquadra para a organização da coleção recebida, é descrito, a título de exemplo, as quantidades de itens da coleção, importância histórica, demanda por parte dos consultentes, entre outras informações.

Pavão (1997) define esta etapa de descrição/catalogação apenas pela denominação de descrição, compreendendo que existem dois instrumentos distintos para este processo, o inventário e o catálogo: “o inventário é a descrição de uma coleção, por conjuntos, até ao nível da caixa; o catálogo descreve uma coleção imagem a imagem ou espécie a espécie” (op.

cit., p.274). Além disso, o autor identifica que “descrever uma coleção imagem a imagem é um trabalho moroso e, se se tratar de uma grande coleção, a elaboração o catálogo pode demorar anos” (op. cit., p.275), entendendo que no caso de uma instituição adotar o procedimento de catalogação, deverá estar atenta aos “tipos e das dimensões da coleção; dos interesses e da forma de consulta dos leitores que frequentem a instituição; da equipe de catalogação disponível” (op.cit., p.275).

Após as ações de tratamento e organização de primeira instância de acervos fotográficos, passa-se às etapas de auxílio de recuperação da informação e disponibilização da mesma. A primeira trata da indexação, que serve como um instrumento de padronização de vocabulário controlado, utilizando-se de palavras chaves e colaborando na descrição da imagem. (BURGI, 2001). Já a segunda, diz respeito à prática de reprodução/digitalização que se vê textualmente a seguir, conforme afirmativa de Burgi (2001, p.34), “realiza-se a captura da imagem original em filme fotográfico e/ou imagem digital, com a finalidade de preservação do registro original e disponibilização da informação para consulta em ambiente informatizado”. Desta forma, também Pavão (1997), orienta as instituições às quais presta assessoria a utilizarem-se do recurso da digitalização como forma de preservar e conservar os originais do manuseio excessivo.

A etapa de automação, também se apresenta como instrumento de disponibilização da informação, ou seja, de acordo com Burgi (2001, p.34) “somente com a utilização de uma base de imagens informatizadas, é possível a plena recuperação das informações catalogadas”. Por fim, defini-se a etapa de tratamento de restauração, que de acordo com os passos sugeridos por Burgi (2001)

“[...] serão executados de acordo com as necessidades específicas de cada original fotográfico, bem como levando-se em conta as informações obtidas nas etapas anteriores de processamento da coleção que permitam estabelecer prioridades para a execução desta etapa”. (BURGI, 2001, p.35).

Compreende-se assim, que o processo de restauração utilizado no acervo fotográfico, em caso de danos mais graves, como de qualquer outro objeto, como afirmava Cartier-Bresson (2004, p.3) “não é mais recuperar ou reformar objetos para adaptá-los ao gosto do dia ou restituir-lhes um valor de uso” e, sim, identificar o problema e prolongar sua vida útil sem alterar sua integridade física e seus significados.

A partir da conceituação teórica preliminar apresentada neste primeiro capítulo é que serão analisados, através das observações *in loco* e as entrevistas realizadas, os procedimentos

empregados no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora (CME) e no Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Busca-se compreender e identificar, como são utilizados os métodos e as técnicas de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação em ambos os arquivos.

CAPÍTULO 2: Os Arquivos Fotográficos

Neste capítulo, apresenta-se como são desenvolvidas as práticas de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação nos Arquivos Fotográficos da Câmara Municipal de Évora (CME) e Memória da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Desta forma, faz-se possível observar como as etapas de organização documental e tratamento físico são aplicadas nos Arquivos, para assim fazer-se uma primeira identificação quanto aos conceitos estudados anteriormente estarem sendo empregados pelas Instituições de acordo com o proposto pela definição.

2.1 O Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

O Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora (CME) localiza-se na cidade de Évora, Portugal, sendo uma iniciativa daquela Câmara. Tem por objetivo documentar através de imagens a história da cidade, do conselho e da região do Alentejo. Suas atividades foram inauguradas em 24 de novembro de 2001, quando a equipe de trabalho apresentou, ainda em fase de treinamento, o resultado do primeiro tratamento com as coleções de José P. B. Passaporte e António Passaporte, que consistiu das seguintes ações de higienização, identificação, pesquisa e divulgação¹².

Essas etapas foram realizadas um ano antes da inauguração, pois o Arquivo, neste período, desenvolveu ações internas de organização física, funcional e de treinamento de sua equipe. Para tal iniciativa, a instituição contou com o apoio técnico da empresa Luís Pavão Lda, mais precisamente com o auxílio direto de Luís Pavão¹³, para que fosse elaborado o projeto de instalação, estruturação das metas e objetivos, além da formação de profissionais capacitados, no que diz respeito à preservação e conservação fotográfica¹⁴.

As metas e objetivos se tornaram uma missão para a Instituição, que ao criar um novo equipamento municipal a serviço da comunidade estabeleceu a proteção do patrimônio fotográfico local, a recolha da produção fotográfica histórica e contemporânea local, a preservação, a pesquisa e a divulgação dessas coleções, como também, a disponibilização do acervo à consulta pública, o gerenciamento das coleções, a promoção de exposições e eventos

¹² Informações retiradas da entrevista com a coordenadora Carmen D. A. B. F. de Almeida, realizada em 17/11/2009.

¹³ Conservador das coleções de fotografia do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁴ Informações retiradas da entrevista com a coordenadora Carmen D. A. B. F. de Almeida, realizada em 17/11/2009.

na área da fotografia, a produção de catálogos, além do apoio e incentivo à realização de estudos e investigações no campo da história da fotografia¹⁵.

O Arquivo está instalado em um edifício localizado no Centro Histórico¹⁶ da cidade de Évora (fig. 01), o que impossibilita qualquer intervenção no prédio, obrigando o Arquivo a adaptar suas necessidades às condições que lhe são disponíveis.



Fig. 01- Prédio do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora.
Fonte: Fotografia da autora, 2009.

Quanto às instalações, há: duas salas de depósito sujo (fig.02 e 03), local onde as coleções são armazenadas aguardando o tratamento indicado; em uma dessas salas encontra-se a câmara fria, com temperaturas abaixo de 10° para as espécies mais instáveis, uma sala de depósito limpo (fig. 04 e 05), uma sala de apoio administrativo e de atendimento ao público (fig. 06) e uma sala de tratamento de coleções (fig. 07). Existe, ainda, um núcleo museológico definido por Carmen Dolores A. B. F. de Almeida¹⁷ como sendo o diferencial do Arquivo Fotográfico da CME.

¹⁵ Informações retiradas da entrevista com a coordenadora Carmen D. A.B. F de Almeida, realizada em 17/11/2009.

¹⁶ Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, desde novembro de 1986.

¹⁷ Coordenadora do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora. Mestre em Museologia, pela Universidade de Évora, Portugal.



Fig. 02- Depósito sujo.
Fonte: Fotografia da autora, 2009.



Fig. 03 - Depósito sujo (câmara fria).
Fonte: Fotografia da autora, 2009.



Fig. 04- Sala de depósito limpo.
Fonte: Fotografia da autora, 2009.



Fig. 05- Sala de depósito limpo – acondicionamento do acervo tratado. Fonte: Fotografia da autora, 2009.



Fig. 06- Setor administrativo e atendimento ao público. Fonte: Fotografia da autora, 2009.



Fig. 07- Sala de tratamento das coleções.
Fonte: Fotografia da autora, 2009.

Em seus dez anos de existência, a instituição criou uma política de incorporação de coleções para a aquisição do acervo, atualmente o Arquivo abriga em torno de 400.000 espécies fotográficas. Na sua grande maioria, a aquisição se dá através de compra: a instituição conta com verba extra para possíveis coleções que venham a surgir, pois a obtenção por doação é rara, e geralmente compra coleções fotográficas em “Leilões de fotografias”, porque essas são vendidas a preços simbólicos.

A prioridade é dada à aquisição de imagens da cidade de Évora, da região do Alentejo, de autoria de fotógrafos eborenses ou de residentes da cidade, além de artefatos fotográficos que permitam contextualizar as coleções. Quanto à tipologia do acervo, encontram-se: fotografias em P&B, diapositivos, negativos, vidros, mobiliário de estúdio fotográfico, máquinas fotográficas, entre outros¹⁸.

Observa-se que o Arquivo possui objetos bi e tridimensionais, fazendo dele um local diversificado tipologicamente. Pode-se identificar que o núcleo museológico também possui papel importante no desenvolvimento do Arquivo Fotográfico da CME. A recriação de um estúdio fotográfico do séc. XIX (fig. 08), com a luz do norte, juntamente com o escritório do último fotógrafo eborense (fig. 09), Eduardo Nogueira, transformaram o Arquivo em um local de melhor compreensão pelo público. Segundo a Coordenadora da instituição, “o Arquivo prioriza a aquisição de máquinas e artefatos fotográficos dos primeiros 100 anos da fotografia, como forma de aproximar o público de seus antepassados fotográficos”¹⁹.



Fig. 08- Núcleo Museológico - estúdio fotográfico do séc. XIX. Fonte: Fotografia da autora, 2009.



Fig. 09-Núcleo museológico - escritório do fotógrafo Eduardo Nogueira. Fonte: Fotografia da autora, 2009.

¹⁸ Informações retiradas da entrevista com a funcionária responsável pela documentação e conservação das coleções Joana Sofia C. Duarte , realizada em 2/12/2009.

¹⁹ Entrevista realizada com a coordenadora Carmen D. A. B. F. de Almeida, realizada em 17/11/2009.

Dando início às práticas do Arquivo, através das observações realizadas *in loco*, começo relatando o momento em que as coleções chegam ao mesmo, passando por todo o processo de desenvolvimento e gerenciamento. Quando o acervo fotográfico chega ao Arquivo, começa-se a etapa de pré-inventário, etapa em que a equipe analisa e detecta as carências e os problemas de conservação para então planejar como será desenvolvido o tratamento da coleção. Esta etapa permite preparar o acervo para o inventário, além de ajudar a quantificar o material que será necessário, ou seja, serve para que se faça a avaliação dos custos.

Dessa forma, as caixas são numeradas de acordo com a organização original (fig. 10), quando possível. Com isso, identifica-se qual foi o critério de organização adotado pelo seu produtor. Além disso, a forma como a coleção chega ao Arquivo é registrada e documentada para que a equipe possa identificar, caso haja perdas, ou caso seja preciso adaptar a ficha de inventário de acordo com as necessidades das coleções. Tomando-se, por exemplo, a colocação das cotas, a equipe deixa uma margem na numeração para novas coleções que possam surgir referentes a mesma coleção, dependendo do caso²⁰.



Fig. 10- Organização inicial do acervo.

Fonte: Fotografia da autora, 2009.

De acordo com a funcionária responsável pela documentação e conservação das coleções, nesse primeiro contato “toda e qualquer informação é extremamente valiosa, e todas as anotações feitas pelos fotógrafos devem ser registradas”²¹. A partir disso, a equipe faz inscrições para identificar e compreender o contexto das coleções, assim torna mais fácil o

²⁰ Informações retiradas da entrevista com a funcionária responsável pela documentação e conservação das coleções Joana Sofia C. Duarte, realizada em 09/12/2009.

²¹ Entrevista realizada com a funcionária responsável pela documentação e conservação das coleções Joana Sofia C. Duarte, realizada em 09/12/2009.

reconhecimento das imagens, pois através dos elementos citados pelo produtor das fotografias, a equipe consegue estabelecer uma organização que seja acessível ao público.

Após essa primeira etapa de análise das coleções, passa-se ao processo de inventário, que visa tratar as espécies uma a uma em um procedimento detalhado e sistemático de recuperação e higienização das coleções (fig.11). As espécies são armazenadas por processos fotográficos e as imagens por formatos, são acondicionadas em embalagens especiais com materiais de pH neutro (fig. 12). Em seguida são armazenadas na sala de depósito limpo com as condições ambientais estáveis e de equipamentos adequados. Nesta etapa do processo, as imagens são numeradas por uma sigla alfanumérica que contém o nome da coleção, geralmente identifica-se o autor, a data e a proveniência da mesma.



Fig. 11- Tratamento das coleções - tratamento físico e documental.
Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, sem data



Fig. 12- Tratamento das coleções – acondicionamento. Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, sem data.

São atribuídas legendas para cada imagem, e a disponibilização do acervo se encontra com a seguinte estrutura: em uma coleção há vários documentos que são numerados e, dentro desses documentos, há várias imagens também numeradas. Os grupos são separados por processos e por tamanhos, segue-se uma ordenação por gerações (1. negativo, 2. prova,...), e após são tratadas por temas²². De acordo com a coordenadora do Arquivo Fotográfico da CME,

Há uma enorme exigência de normas de conduta ética que devem ser respeitadas, tanto ao nível do restauro, quanto ao nível dos direitos de autor, como também do uso das imagens. A descrição fotográfica exige sólidos conhecimentos da história local e uma forte inserção na comunidade.²³

²² Entrevista realizada com a funcionária responsável pela documentação e conservação das coleções Joana Sofia C. Duarte, realizada em 9/12/2009.

²³ Entrevista com a coordenadora Carmen D. A.B.F. de Almeida, realizada em 25/11/2009.

Como passo seguinte ao tratamento físico das coleções, a equipe do Arquivo Fotográfico da CME digitaliza as imagens, permitindo que o público e, mesmo a equipe técnica, possa visualizar o documento sem manusear a original, trazendo vantagens para a proteção e preservação das fotografias. Além disso, a Instituição utiliza as imagens digitalizadas como instrumento, para a divulgação e acesso ao seu acervo, uma vez que essas são inseridas em uma base de dados (fig. 13) que contém informações referentes a elas. Sendo assim, as coleções são disponibilizadas ao público de forma organizada e acessível, facilitando a pesquisa pelo usuário.

A partir dessa prática a Instituição criou o “Projeto Memória” por meio dos quais suas coleções pudessem ser divulgadas e pesquisadas pelo público. Atualmente já estão disponíveis no *site* do Arquivo Fotográfico da CME cerca de 900 imagens, em baixa resolução, visando disponibilizar ao público um banco de imagens de Évora com temas variados (urbanismo, arte e patrimônio, etnografia, retratos, entre outros). A pesquisa pelas imagens pode ser realizada a partir da procura através de diversos campos, como: autor, categoria, data e legenda.



Fig. 13 – Base de Dados do AFCME. Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, sem data.

Outra forma que o Arquivo utiliza para divulgar suas coleções é através das exposições fotográficas e da produção de catálogos, apresentados como produto final das práticas realizadas. O intuito dessas ações é aproximar a comunidade dos procedimentos desenvolvidos pela equipe, desde a identificação, o tratamento até o armazenamento das coleções em condições ideais, bem como possibilitar que o público reconheça e construa a

partir disso conhecimento sobre os fotógrafos, a cidade e o país no qual representa o Arquivo Fotográfico da CME.

Dentre as exposições realizadas estão: “Memórias do Mercado 1.º de Maio”, de abril a maio de 2008; "Évora Desaparecida. Fotografia e Património. 1839-1919", novembro de 2006 a fevereiro de 2007, com produção de catálogo (fig. 14); “O Futebol, a Cidade e os Homens. Fotografias de Gama Freixo”, julho de 2006, com produção de catálogo (fig. 15); “*Matinées Masquées...* Retratos de Carnaval na Coleção de Eduardo Nogueira”, fevereiro de 2004, com produção de catálogo; “Um abanico e dois tostões de rabuçados...Memórias do comércio eborense”, novembro de 2003, com imagens de Eduardo Nogueira, Inácio Caldeira e Caetano Pulido Júnior e a edição de dezoito postais; "Évora Património e Memória na Coleção David Freitas (1939-1974)", de junho a julho de 2003; “Uma Cidade de pau e pano...Memórias da Feira de S. João”, junho de 2004, com exposição virtual instalada no site do Arquivo e a edição de vinte gravuras; “CME – Retratos em 2001”, fotografias de Paulo Nuno Silva, de junho a julho de 2001 com produção de catálogo; “Dois Discursos Fotográficos, Fotografias de Gérard Castello Lopes e José Manuel Rodrigues”, novembro de 2001, com produção de catálogo; “José Pedro Braga Passaporte e António Passaporte (Loty), dois fotógrafos de Évora”, agosto de 2000, com produção de catálogo²⁴.

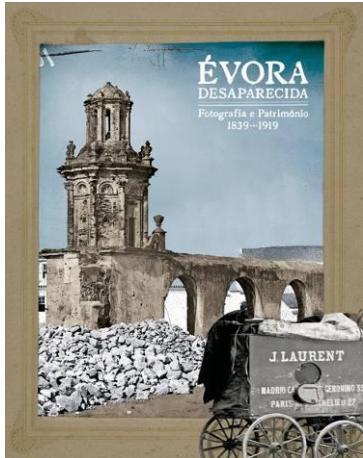


Fig. 14- Capa do Catálogo “Évora desaparecida”
Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, 2006.

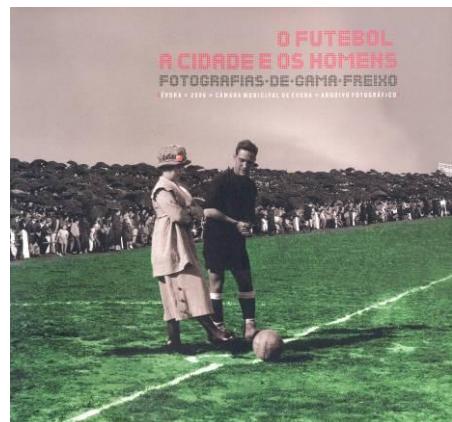


Fig. 15- Capa do Catálogo “O futebol, a cidade e os homens”. Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, 2006.

²⁴ Informações retiradas da entrevista realizada com a responsável pelas ações educativas Isabel Pereira, em 18/01/2010.

O Arquivo Fotográfico da CME, conta também com atividades de ação educativa, como: visitas guiadas ao Arquivo e as exposições, debates em torno de uma fotografia (fig. 16), animação do núcleo museológico através de visitas guiadas teatralizadas (fig. 17)²⁵. Além disso, destaca-se uma das atividades mais recentes proposta pela instituição, composta de uma ação educativa com fantoches contando a história da fotografia.

Essas práticas promovidas visam aproximar a comunidade do Arquivo, de forma lúdica, o público identifica a missão da Instituição e comprehende a história da fotografia. Desta forma, percebe-se que este se preocupa em desenvolver ações para todos os diferentes públicos e não apenas a uma minoria de pesquisadores e acadêmicos.

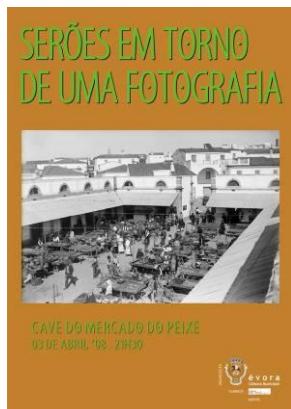


Fig. 16- Cartaz de divulgação “Serões em torno de uma fotografia”.
Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, sem data.



Fig. 17- Visita guiada, sem data.
Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, sem data.



Fig. 18- Bolsa feita a partir de faixas das exposições
Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, sem data.



Fig. 19- Pacotes de açúcar com imagens Reproduzidas do AFCME. Fonte: Arquivo Fotográfico da CME, sem data.

²⁵ Informações retiradas da entrevista com a funcionária responsável pelas ações educativas Isabel Pereira, realizada a 18/01/2010.

As figuras 18 e 19 elucidam como a equipe buscou para arrecadar verba extra para suas ações, uma vez que a Câmara Municipal de Évora financia o básico para que o Arquivo se mantenha, como salário dos funcionários, gastos com luz, água, telefone, e um valor x para a compra de materiais. Sendo assim, a equipe do Arquivo procura outros meios de obter verba para a elaboração das exposições, catálogos, ações educativas, entre outros.

Segundo Carmen Dolores Almeida ainda há problemas a serem resolvidos, como a falta de espaço, melhoria das instalações técnicas, a carência de meios informáticos e recursos humanos. Ela enfatiza que a inexistência de um orçamento próprio prejudica o bom funcionamento no trabalho de tratamento do acervo e difusão da informação²⁶.

A coordenadora ainda descreve o arquivo fotográfico como um serviço caro, seja pelos meios técnicos e equipamentos, pela especialização de recursos humanos ou pelo próprio material utilizado. Destaca, também, que a nova era da fotografia digital é um momento criador de problemas no qual exige novas necessidades e competências, principalmente no que diz respeito ao manuseio e salvaguarda do processo digital²⁷.

Sendo assim, observa-se que a equipe do Arquivo Fotográfico da CME possui uma enorme preocupação com o desenvolvimento social do arquivo, ou seja, em fazer dele uma ponte que ligue o público à informação que está ali sistematizada. Portanto, o Arquivo busca através da participação efetiva da comunidade, cumprir o verdadeiro papel que uma instituição de guarda de memórias deve exercer, salvaguardar as memórias de um grupo e torná-las acessível a todos.

2.2 O Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas

O Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), localiza-se na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, foi criado como projeto de extensão pela coordenadora Francisca Ferreira Michelon²⁸ e instalado no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo²⁹ (MALG) do Centro de Artes dessa Universidade. Seu objetivo é recolher

²⁶ Informações retiradas da entrevista com a coordenadora Carmen D. A. B. F. de Almeida, realizada em 07/02/2010.

²⁷ Entrevista realizada com a coordenadora Carmen D. A. B. F. de Almeida, realizada em 07/02/2010.

²⁸ Doutora em História pela PUCRS é professora vinculada ao Departamento de Museologia, Conservação e Restauro do Instituto de Ciências Humanas/UFPEL. De início de dezembro de 2008 a final de fevereiro de 2009 realizou estágio no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, em conservação de fotografias com a supervisão de Luís Pavão.

²⁹ Inaugurado no dia 7 de novembro de 1986, foi qualificado como museu universitário que tem como objetivo proteger, investigar e divulgar o seu acervo junto à comunidade. Além disso, possui responsabilidades de

e preservar as coleções de fotografias e documentos não fotográficos das Faculdades e Institutos que deram origem à UFPEL, ou que surgiram após sua fundação, e assim, valorizá-las através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e culturais³⁰.

Suas atividades iniciaram em fevereiro de 2009 com o tratamento físico e documental da coleção Marina de Moraes Pires, e inaugurou em junho do mesmo ano, em comemoração aos 40 anos da referida Universidade. O Arquivo ainda se encontra em processo de transformação e definição de procedimentos, por se tratar de um projeto recente. Por isso sua instalação efetiva e seu espaço físico está sendo estudado e adaptado. Sua instalação no MALG (fig. 20 e 21) é provisória e se deu para que as atividades de salvaguarda e tratamento das coleções fossem iniciadas. Entretanto, a ideia é que ele passe a ser um setor do Museu do Conhecimento para Todos, da UFPEL, o qual se encontra em fase de implementação.

Dentre os principais espaços a serem construídos para o funcionamento ideal do Arquivo está a reserva técnica, formada por um depósito limpo, para as coleções tratadas, e outro de guarda provisória, para as coleções que aguardam ou estão em tratamento, esses locais serão climatizados, pois é fundamental manter o controle adequado de UR e temperatura. O Arquivo contará também com uma sala para o tratamento físico e documental das coleções, onde será desenvolvido o processo de higienização, conservação, restauração, acondicionamento e pesquisa, além de uma sala própria para as exposições temporárias com espaço disponível para a realização de ações educativas³¹.



Fig. 20 – Equipe do Arquivo da Universidade trabalhando na sala de pesquisa e documentação do MALG. Fonte: Arquivo Fotográfico da UFPEL, 2009.



Fig. 21 Mobiliário utilizado para a guarda das coleções – instalado na sala de pesquisa e documentação do MALG. Fonte: Autora, 2011.

intercâmbio com instituições afins de receber exposições de arte, de fomentar a pesquisa e discussão a respeito do fazer artístico, e de gerar ações educativas junto as redes de ensino e à própria sociedade.

³⁰ Informações retiradas da entrevista com a coordenadora Francisca Ferreira Michelon, realizada em 15/04/2011.

³¹ Idem.

Quanto às coleções que fundaram o Arquivo, destacam-se as da Escola de Belas Artes, incluindo a coleção Marina de Moraes Pires, da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Faculdade de Odontologia e da Faculdade de Ciências Domésticas. Dentro dessas coleções encontramos dois tipos de acervo: os documentos fotográficos (fotografias originais - processo fotomecânicos e fotográficos) e os documentos não fotográficos (atas, cartas, anotações, telegramas, recortes de jornais, convites, impressos em geral e outros relacionados aos documentos fotográficos).

As coleções são adquiridas predominantemente por doação e comodato, seja através de ex-professores, ex-técnicos, ou ex-alunos que buscam atrelar sua história à da Instituição. Após a aquisição destas, iniciam-se as práticas de tratamento e organização das coleções, executadas pela equipe de acadêmicos dos cursos de Museologia, Conservação e Restauro e alunos do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, todos os cursos vinculados à UFPEL. Desta forma, realiza-se o trabalho das etapas de identificação, higienização, conservação, restauração e pesquisa, para então divulgar e disponibilizar através de exposições, catálogos e na base de dados, os resultados dessas práticas.

Sendo assim, para compreender como se desenvolvem as etapas mencionadas acima, no que diz respeito às práticas de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação, relata-se detalhadamente como estas são realizadas desde a entrada da coleção ao Arquivo até seu acondicionamento ideal. Em um primeiro instante, a equipe formula o plano de tratamento necessário às coleções, utiliza-se do registro fotográfico para capturar a entrada dessas no Arquivo, bem como para identificar a divisão estabelecida conforme a ordem original (fig. 22). A partir desta organização, é feita separação em unidades de instalação (UDI) e atribuídas cotas gerais.



Fig. 22 – Entrada do acervo no Arquivo da Universidade conforme procedência. Fonte: Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, 2009.

Após, inicia-se a etapa do pré – inventário e, conforme julgado correto, retira-se as fotografias e os documentos das UDI e coloca-se em embalagens intermediárias para o tratamento físico e documental das coleções (fig. 23). Se julgado necessário, as fotografias são retiradas dos suportes originais (conforme estado de deterioração) e higienizadas. Nos versos das fotografias retira-se a cola, adesivos e grampos e, na frente, faz-se a limpeza da emulsão superficialmente. Além disso, são feitas reintegrações nos suporte primário e secundário, se for o caso.



Fig. 23 – Pré - organização das UDI
Fonte: Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, 2009.

Segue-se a etapa do inventário, na qual a equipe insere cotas alfanuméricas definitivas em cada documento, ou seja, as fotografias e os documentos não fotográficos recebem um código único. Além disso, as imagens são descritas e relacionadas, em alguns casos, com os documentos não fotográficos que fazem parte da coleção. Ainda nessa etapa, coloca-se as fotografias em álbuns e insere-se os índices, além da digitalização de todo o acervo.

Finalizando o tratamento físico e documental das coleções passa-se à etapa de acesso e divulgação. Realiza-se o tratamento dos arquivos eletrônicos, a inserção das imagens e o preenchimento dos dados, na base de dados (fig. 24) implementada para tal função. Esta foi criada com o objetivo de tornar as coleções do Arquivo acessíveis ao público, de uma forma organizada, permite que o usuário realize a pesquisa ao acervo de maneira rápida e precisa. O público poderá encontrar nessa base todos os dados informacionais obtidos através do tratamento das coleções. No presente momento a base de dados está disponibilizada na sala de pesquisa e documentação do MALG.



Fig. 24- Base de dados. Fonte: Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, 2009.

Sobre os meios de divulgação utilizados pelo Arquivo, destaca-se a realização de exposições, a produção de catálogos, livros, postais, o site interativo contendo informações e parte do acervo salvaguardado, bem como a proposta de desenvolver programas educativos com esse patrimônio³².

Quanto às ações desenvolvidas até o presente pelo Arquivo cita-se: duas exposições, dois catálogos, um conjunto de postais e o site. A primeira exposição foi realizada em comemoração aos 60 anos da Escola de Belas Artes, denominada “EBA 1949-1969 Fotografias” (fig. 25), e a segunda, denominada “Unidades Fundadoras da UFPEL” (fig. 26), em comemoração aos 40 anos da UFPEL, que resultou em postais com imagens dos prédios das escolas que fundaram a Universidade e um catálogo da exposição. Além disso, foi produzido um catálogo em formato de CD-ROM da coleção Marina de Moraes Pires (fig. 27).

³² Informações retiradas da entrevista com a coordenadora Francisca Ferreira Michelon, realizada em 15/04/2011.



Fig. 25- Cartaz de divulgação da Exposição “EBA 1949-1969 Fotografias”. Fonte: Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, 2009.

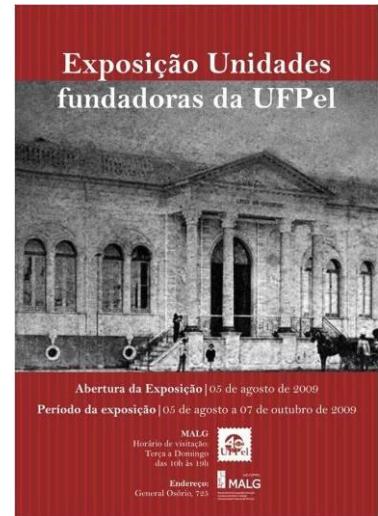


Fig. 26- Cartaz de divulgação da Exposição “Unidades fundadoras da UFPEL”. Fonte: Arquivo Fotográfico da UFPEL, 2009.

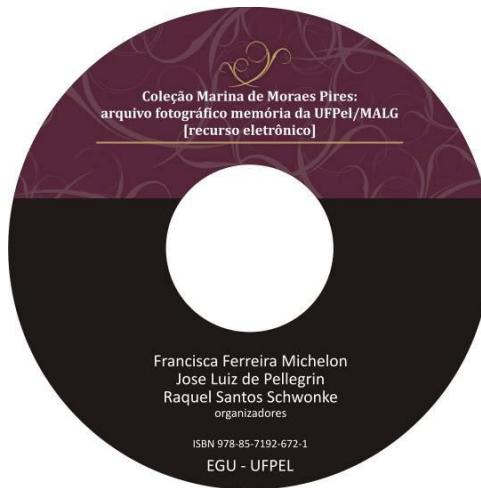


Fig. 27- Rótulo do catálogo da coleção Marina de Moraes Pires. Fonte: Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, 2010.

O objetivo do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, com relação ao acesso e a divulgação do acervo, é fazer publicações sequenciais de catálogos das coleções, que serão distribuídos nas bibliotecas para consulta. Além disso, poderão ser consultados os originais através de justificativa que será avaliada pela coordenação do Arquivo. A consulta poderá ser

feita com agendamento de data e hora e com supervisão de algum membro da equipe do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL³³.

Segundo a coordenadora Francisca Michelon, o Arquivo tem evoluído em processos, uma vez que as etapas realizadas pela equipe são pensadas primeiramente na salvaguarda e tratamento das coleções, devido a emergência de recuperação do patrimônio fotográfico da Universidade. A acelerada expansão física e administrativa da UFPEL nos últimos anos, decorrente da adesão ao Programa de Reestruturação da Universidade (Reuni) vem, como consequência, gerando o surgimento de novos cursos e reorganização das unidades conjuntas cuja emergência oferece riscos aos objetos e documentos remanescentes das unidades originárias. Soma-se ao fato o ingresso de um expressivo contingente de professores e funcionários oriundos de outras cidades ou regiões e que não portam conhecimento prévio sobre a Instituição e, portanto, interesse natural sobre sua história. No âmbito dessas ocorrências, a localização, recolha e identificação do acervo histórico sobre a origem e as primeiras décadas de existência da UFPEL assumem um caráter emergencial³⁴.

Assim, comparando a caracterização feita de ambos os Arquivos, demandou-se realizar o estudo comparativo entre os conceitos de arquivo e museu, definidos no primeiro capítulo, com as formas operacionais que os Arquivos Fotográficos analisados procedem. Para tanto buscou-se identificar as seguintes variáveis: documentação, preservação /conservação/restauração e disponibilização da informação, que mediante análise permitiu compreender a que universo pertencem esses Arquivos, se voltado para práticas arquivísticas ou museológicas.

³³ Informações retiradas da entrevista com a coordenadora Francisca Ferreira Michelon, realizada em 15/04/2011.

³⁴ Idem.

CAPÍTULO 3: Teoria *versus* prática

Neste capítulo serão comparados os conceitos de arquivo e museu, no que tange ao estudo dos procedimentos de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação no que diz respeito à guarda de acervo fotográfico, com a observação dos aspectos operacionais desenvolvidos nos Arquivos Fotográficos da Câmara Municipal de Évora (CME) e Memória da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A partir disso, busca-se compreender e analisar se as práticas dos Arquivos estão relacionadas com os ideais arquivísticos ou museológicos, e assim pensar e elaborar uma proposta de redefinição da nomenclatura do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL que contemple de fato os objetivos do mesmo.

3.1. Análise dos procedimentos empregados no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora (CME)

A partir da discussão teórica apresentada no primeiro capítulo e as observações relatadas no segundo capítulo, analisa-se como o Arquivo Fotográfico da CME procede em relação aos seus aspectos operacionais, de forma a identificar a qual dos universos, se arquivístico ou museológico, esse se enquadra. Além disso, entabula-se uma discussão, mesmo que indiretamente, com relação ao que ocorre nas instituições de guarda de memórias no que diz respeito ao confronto entre a teoria e a prática.

O Arquivo de Évora diz ter como objetivo documentar através das imagens a história da cidade, do conselho e da região do Alentejo e diz que sua missão é proteger o patrimônio fotográfico local, bem como, preservar, pesquisar, gerenciar, divulgar, e disponibilizar as coleções ao público. Assim, constata-se que esta Instituição possui caráter cultural, preocupa-se com a valorização da memória da comunidade a que pertence e visa desenvolver suas práticas de salvaguarda em parceria com o público, para que juntos possam construir através do pensamento crítico e participativo, conhecimento e reconhecimento da importância que o patrimônio fotográfico possui para a história local.

Uma instituição de guarda de memórias ao se constituir deve inicialmente ter claro qual é a missão e os objetivos que vão nortear suas atividades, para que com isso se identifiquem quais são os procedimentos adequados a serem tomados quanto a tudo que lhe diz respeito. Essa necessidade serve para orientar tanto a equipe que trabalha na instituição

como também ao público que a procura. Neste caso ao verificar a proposta do Arquivo Fotográfico da CME e como decorrem suas ações, analisadas em seguida, pode-se perceber que as práticas desenvolvidas pelo mesmo estão de acordo com a missão e os objetivos da Instituição, não sendo essa a questão discutida e, sim, a terminologia empregada para designá-lo.

Segundo Bellotto (2006) e Paes (2006) o termo arquivo é utilizado quando a instituição se preocupa em recolher, guardar, preservar e organizar seu acervo, de modo que seja funcional e que possibilite a pesquisa. Contudo o Arquivo Fotográfico da CME apresenta uma preocupação além ao definido acima, ele faz uso da tríade preservação, investigação e comunicação referida por Cândido (2006). Entende que não basta ser apenas funcional como apresenta Bellotto (op.cit., p.38), e sim deve agregar ações que contribuam de certa forma com o desenvolvimento humano.

Em primeira instância comprehende-se que a terminologia arquivo empregada na nomenclatura, não faz alusão ao principal ponto do Arquivo Fotográfico da CME que é a missão e seus objetivos, e é com base nisso que se pode compreender porque todas as etapas desenvolvidas pela Instituição também não fazem menção ao termo. Uma vez que o Arquivo realiza suas atividades para além da organização e pesquisa, possui fins de estudo, educação e entretenimento bem como define o Estatuto Brasileiro de Museus (2009) ao tratar de instituições museológicas. Desta forma, verificou-se a necessidade de analisar etapa por etapa das práticas executadas pela equipe do Arquivo, desde a entrada do acervo até a divulgação e disponibilização à consulta, para que assim se possa confirmar a distorção nos conceitos bem como perceber o confronto, ainda, que sutil, entre a teoria e a prática dentro dessa instituição de guarda de memórias.

Inicia-se a análise a partir do processo de entrada do acervo, etapa denominada por aquisição. O Arquivo Fotográfico da CME adquire as coleções fotográficas através da compra, e às vezes por doação. Para tanto, comprehende-se que o método de aquisição empregado pelo Arquivo não condiz com o apresentado por Bellotto (2006), pois segundo a autora, um arquivo permanente adquire seu acervo predominantemente por recolhimento. Sendo assim, o procedimento que o Arquivo faz uso diz respeito às práticas museológicas, pois segundo o que apresenta Moro (1986), entre as formas de aquisição de acervo para o museu, estão a compra e a doação.

Assim também no que diz respeito ao acervo do Arquivo Fotográfico da CME, pode-se identificar uma grande variedade tipológica de materiais e suportes referente à fotografia e

aos processos fotográficos. Além disso, encontra-se no acervo do Arquivo objetos bi e tridimensionais, fato igual ao que se apresenta nos museus conforme expõe Costa (2006).

Ainda sobre o acervo, identifica-se que a equipe o estrutura a partir da formação de coleções, neste sentido, verifica-se uma distorção com relação aos conceitos de fundo e coleção empregados pela equipe. Além de identificar que a nomenclatura arquivo sugere a estrutura em fundo. Segundo Bellotto (2006), o arquivo é formado exclusivamente por fundo documental que é produzido por uma mesma fonte geradora e que possui relação orgânica entre seus elementos. Já a coleção, de acordo com Bellotto “consiste em uma reunião artificial de documento dos mais variados tipos” (op. cit, p.40), método empregado pelos museus, o qual não é necessário que seja formado apenas por um único produtor.

Destaca-se, a partir disso, o modo como a equipe do Arquivo Fotográfico da CME aplica esses conceitos: cada coleção do Arquivo pertence apenas a um produtor, no caso fotógrafo, porém não se trata de uma reunião artificial de documentos e sim de um conjunto de documentos, na maioria das vezes organizado pelo próprio produtor, que reuniu naturalmente ou cumulativamente esses. Entretanto este conjunto documental do Arquivo é constituído por partes e não da totalidade, como sugere Bellotto (2006) e Paes (2006) com relação à definição de fundo documental, além disso, não possui nenhum caso de recolha institucional ou produção de pessoa física na sua totalidade. Pelo contrário, geralmente os familiares vendem parte do acervo para o Arquivo e o restante para outras instituições, o que de certa forma, acaba por compor uma coleção e não fundo, como no caso da coleção José P. B. Passaporte e António Passaporte, que se encontra parte no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora e parte no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.

Ao entender a forma que a Instituição adquire e estrutura seu acervo, passa-se a compreender como operam com relação à forma de organização e tratamento das coleções, ou seja, se de acordo com os procedimentos arquivísticos ou museológicos. Essa etapa é outra que apresenta confusão no Arquivo Fotográfico da CME. Assim, pode-se comparar entre a forma de documentar e tratar de arquivo fotográfico, segundo Paes (2006), e a forma operacional que o Arquivo se utiliza.

Conforme apresentado no primeiro capítulo, existe um esforço de especialistas nas áreas de fotografia, ciências da informação, preservação, conservação e restauração em desenvolver uma padronização nos métodos e técnicas de organização e tratamento físico e informacional de acervo fotográfico, independente da instituição que adquire este acervo. Entretanto, esta análise se desenvolve através do que propõe Paes (2006), a organização deste arquivo especial é voltada à identificação e o registro do conjunto documental, ou seja, o

grupo passa a ser registrado com o mesmo número e contextualizado através da descrição dos principais elementos que compõe.

A partir disso, no que tange à forma de tratamento e organização das coleções, reconhece-se que o Arquivo Fotográfico da CME procede a partir de um complemento entre os conceitos arquivísticos e museológicos, ou seja, trata e organiza de uma forma geral e de uma forma detalhada respectivamente. Desta forma, o método arquivístico aparece em seguida ao acervo entrar no Arquivo, uma vez que a equipe analisa, a partir da proveniência, a forma de organização original da coleção fazendo um apanhado geral do seu contexto através da descrição dos principais elementos que contém esta. Já o método museológico aparece, no momento em que a equipe realiza o processo minucioso de tratamento, registro e descrição imagem a imagem e/ou espécie a espécie.

Na verdade pode-se perceber que a equipe do Arquivo se utiliza das teorias desenvolvidas pelo conservador Luis Pavão, que ministrou o treinamento desta equipe. Pavão (1997; 2004) apresenta métodos e técnicas de tratamento e organização de acervo fotográfico independente de qual instituição de guarda de memórias esteja se referindo, neste caso se arquivo ou museu, e sim no sentido de identificar melhores práticas de desenvolvimento de coleções. Ele reuniu os diferentes procedimentos das ciências da informação e criou uma nova forma para contemplar as necessidades dessa tipologia de acervo.

Ainda com relação à organização do acervo, no que diz respeito à forma de preservar e conservar os diferentes suportes e matérias de acervo fotográfico, o Arquivo Fotográfico da CME bem como sugere o manual *Como Tratar Coleções de Fotografia* (2002), Pavão (1997), Paes (2006) e Lopez (2007), desenvolve essa a partir da separação por processos e formatos. Após, para disponibilizar e facilitar o acesso à pesquisa, a organização é realizada a partir da separação por conteúdo, seja por assunto, data, locais, autores, entre outros, sem afetar a organização primeira que se refere ao melhor acondicionamento, como sugere Pavão (1997). Todavia segundo Bellotto,

Hoje em dia já é inadmissível, mesmo nos países cujo emprego de tratamento arquivístico adequado a seus acervos documentais administrativos seja recente, que os documentos estejam arranjados por assunto, por ordem cronológica única, por formatos ou suportes materiais da documentação que lhe compete recolher, tratar, custodiar, preservar e divulgar (BELLOTTO, 2006, p.127).

Quanto ao tratamento físico das coleções fotográficas, fica claro através da observação *in loco* que o Arquivo possui enorme preocupação, até mesmo por capacitar sua equipe de

trabalho, com a preservação/conservação/restauração das coleções. Verifica-se a partir disso, a utilização de métodos e técnicas específicas de higienização, acondicionamento, restauração (se for o caso) e conservação preventiva, que contemple a variedade de suportes e materiais que contém um acervo fotográfico.

De acordo com Paes (2006) e Lopez (2007), o arquivo fotográfico ainda se encontra em processo de estudo principalmente para adequar a melhor prática de tratamento físico. Já está havendo a compreensão de que se trata de um arquivo especial que necessita de procedimentos especiais no que tange as formas de documentação e preservação/conservação/restauração do acervo. Mas no momento a maior preocupação do arquivo fotográfico é voltada para a conservação preventiva, no sentido de acondicionar adequadamente, para se evitar a deterioração. Diferente do que ocorre nos museus que já desenvolvem há mais tempo as práticas de preservação/conservação/restauração devido à quantidade de objetos distintos que adquirem, e que precisam de cuidados e necessidades diversas.

Quanto às etapas de divulgação e acesso desenvolvidas no Arquivo Fotográfico da CME, verifica-se que suas práticas estão caracterizadas como museológica, devido à realização de ações como: exposição, produção de catálogos elaboração de eventos na área de fotografia, criação de *site* e da base de dados. Esses métodos são aplicados com o objetivo de aproximar a comunidade local com as atividades realizadas pela equipe. Por exemplo, as ações educativas são desenvolvidas de forma que a Instituição e o público possam construir em parceria o reconhecimento e a valorização do patrimônio fotográfico local. Isto pode ser relacionado de acordo com o que sugere Santos (2002) ao tratar da importância dos processos museológicos e educativos na formação do cidadão.

Ainda nesse sentido deve-se levar em consideração a inserção do núcleo museológico no Arquivo Fotográfico da CME, o qual possibilita que haja uma ligação entre os aspectos abordados na Instituição: o acervo fotográfico, a história da fotografia, o reconhecimento dos fotógrafos da região e o fortalecimento da identidade local. Pode-se perceber a partir disso que o Arquivo visa prioritariamente à interação com o público fazendo com que a missão de salvaguarda do patrimônio seja acessível a todos.

Após a análise dos resultados, pode-se averiguar que o Arquivo Fotográfico da CME cumpre o papel a qual se destina o de proteger o patrimônio fotográfico, preservar a identidade local e disponibilizar a informação ao público. Contudo suas práticas operacionais estão mais voltadas aos ideais museológicos do que arquivísticos, como se refere a sua nomenclatura. O que acontece nesse caso é apenas uma distorção conceitual no que diz

respeito às ações desenvolvidas na Instituição, pois a partir do estudo conceitual realizado no primeiro capítulo, pode-se perceber que a diferença entre arquivo e museu está na forma como estes empregam os procedimentos que vão gerar a informação e para tanto disponibilizá-la ao público.

3.2. Análises dos procedimentos e proposta de redefinição da nomenclatura do Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Para que se inicie a análise dos procedimentos empregados no Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, é necessário que se abranja à conceituação discutida no primeiro capítulo em comparação aos relatos expostos no segundo capítulo. Para que através disso, possa-se verificar se os aspectos operacionais do Arquivo, os que estão sendo aplicados e os que se pretendem ser, se encontram de acordo com a verdadeira ambição que ele se destina. Através de um diagnóstico apurado com relação às práticas desenvolvidas pelo Arquivo, pode-se constatar se a estrutura compete às reais intenções referentes ao projeto de implementação, bem como sugerir uma possível redefinição na nomenclatura que se adapte a missão e os objetivos do mesmo.

O Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, tem por missão recolher e preservar as coleções de fotografia e de documentos não fotográficos que estejam conectados as Faculdades e Institutos que deram origem à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), ou que surgiram após sua fundação. A partir disso, pode-se verificar que sua relação está fortemente atrelada às memórias e identidade de um grupo, e que para tanto busca valorizar, investigar, incorporar, documentar, conservar, interpretar, expor e divulgar esse acervo fotográfico o qual possui a salvaguarda.

Ao compreender que a proposta deste Arquivo está vinculada a objetivos científicos, educativos e culturais, pode-se identificar imediatamente a semelhança com o Arquivo Fotográfico da CME, no que se refere ao caráter cultural. Assim como, sua missão e objetivo condizem com a definição do Estatuto Brasileiro de Museus (2009) sobre instituição museológica, desta forma, o Arquivo se distancia do conceito arquivístico definido por Bellotto (2006) e Paes (2006), o qual faz menção a sua nomenclatura.

Conforme apresentado no subcapítulo 2.2, o Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL ainda não possui instalações efetivas para o desenvolvimento das suas ações, instalado provisoriamente no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), o Arquivo aguarda a construção do Museu do Conhecimento para todos da UFPEL para que possa adquirir o

ambiente almejado. Dentre os espaços sugeridos, pode-se conferir que este foi pensado de acordo com a sua missão e objetivo, pois contempla todas as práticas recomendadas a ele, inclusive a criação de uma sala para realizar atividades que possibilite a divulgação, o acesso e a educação.

Quanto ao acervo do Arquivo, são vários os itens que devem ser analisados e levados em consideração para que haja compreensão dos procedimentos empregados e se fato se enquadra no universo arquivístico. Dando inicio a etapa de aquisição, já se encontra uma distorção no procedimento com relação à prática indicada para arquivo, ou seja, neste caso, a aquisição se dá predominantemente por doação ou comodato, analisando de acordo com o que menciona Moro (1986), pode-se verificar que são processos empregados em museu.

O acervo é formado por coleções, que segundo a discussão no subcapítulo 3.1 referente ao Arquivo Fotográfico da CME, esse termo não condiz com o que sugere os conceitos de arquivo definido por Bellotto (2006). As coleções são constituídas através de várias doações referentes às Instituições ou Escolas que fundaram a Universidade ou que surgiram após, portanto se formam através de partes e não por um conjunto documental produzido e reunido naturalmente ou cumulativamente por um único produtor (BELLOTTO, op.cit.), na verdade estas coleções são compostas por fragmentos da história. Deste modo pode-se destacar outra confusão conceitual, no que tange a nomenclatura arquivo e a prática desenvolvida no Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL.

Ao analisar a etapa de organização e tratamento das coleções, é necessário que se identifique o motivo da semelhança no modo de trabalho, principalmente no que se refere a este passo, entre os Arquivos Fotográficos analisados. A coordenadora Francisca Michelon, do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, realizou um estágio de tratamento e organização de acervos fotográficos, com o conservador Luis Pavão do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, este que também ministrou a formação da equipe de trabalho do Arquivo Fotográfico da CME.

Conseqüentemente, a linha de trabalho desenvolvida em ambos os Arquivos é a mesma, ou seja, as práticas de tratamento físico e organização documental são realizadas primeiramente a partir de um reconhecimento geral do acervo para depois esmiuçá-lo na sua complexidade. Nesse sentido, verificam-se os conceitos de arquivo e de museu se complementando nas suas respectivas finalidades para que o acervo fotográfico seja cuidadosamente tratado, estudado e disponibilizado ao público, de modo que a informação se torne o mais acessível possível.

Após a organização e o tratamento das coleções, passa-se a etapa de divulgação e acesso, referente aos seus objetivos, desta forma, identifica-se no Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL a mesma preocupação enfatizada no Arquivo Fotográfico da CME no que tange à disponibilização da informação. Através dos variados recursos como exposição, catálogos, eventos, site, base de dados, o Arquivo se aproxima do seu público permitindo que haja troca de conhecimento entre eles.

Como a proposta do Arquivo está vinculado ao desenvolvimento dos processos para fins científicos, educativos e culturais, é dever deste realizar práticas que fomente a valorização do patrimônio salvaguardado, a pesquisa, a preservação, conservação, interpretação, como também o fortalecimento da história da Universidade Federal de Pelotas que se entrelaça as memórias de um grupo de indivíduos, que foram ou são, ativos dentro da Instituição. Com base nisso, pode-se averiguar que o Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL está muito mais voltado às práticas museológicas, devido à preocupação sociocultural das suas ações, do que arquivística sugerida na sua nomenclatura. Sendo assim, a partir desta análise que possibilitou identificar as reais funções da proposta do Arquivo, proponho a discussão que conduz a uma sugestão de redefinição da nomenclatura deste.

Tendo em vista que uma das propostas do Arquivo é fazer parte, como setor, do Museu do Conhecimento para Todos da UFPEL, e que suas práticas desenvolvidas e as que ainda se pretende desenvolver diz respeito, no que tange às formas de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação, aos conceitos empregados em museu. Pode-se constatar que o que destoa com relação a todos os procedimentos empregados pelo Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL é a nomenclatura arquivo, pois este termo sugere práticas, métodos e técnicas, conceituadas no primeiro capítulo, muitas vezes distintas do que se observou nos procedimentos desenvolvidos neste Arquivo.

Em vista disso, identifica-se que muitas instituições estão deixando de utilizar o termo arquivo fotográfico e passando a se denominar por fototeca, como por exemplo, o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Rio Grande do Sul, Brasil, que possui um setor que se destina somente ao tratamento físico e informacional do acervo fotográfico, denominado por Fototeca Sioma Breitman. Esse termo que ainda não foi conceituado, é aplicado para designar o local que trata, cataloga e armazena coleções fotográficas. Por compreender que a palavra arquivo exige um método de organização, tratamento e disponibilização, diferente de museu, e que muitas vezes não contempla todas as suas necessidades informacionais. O termo fototeca acaba se adaptando com mais coerência ao que se pretendem muitas dessas

instituições de guardas de memórias, detentoras de acervo fotográfico, que muitas vezes possuem a mesma missão e objetivos que os Arquivos Fotográficos analisados.

Seja porque a palavra fototeca faz menção à coleção de fotografia, ou seja, porque este termo ainda é neutro de conceitos próprios com relação às ações empregadas, diferentemente do que foi visto em arquivo e museu. Acredito, em vista disso, que essa nomenclatura é possivelmente ideal para ser utilizada na definição desse novo setor que surge exclusivamente para acervo fotográfico, inserido em museus ou simplesmente para formação de instituições que buscam guardar apenas esta tipologia de acervo, mas que desenvolveram as mesmas práticas museológicas.

Compreende-se no caso do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL que este não será uma nova instituição e sim um setor incluso no Museu do Conhecimento para Todos da UFPEL, e, portanto a sugestão de redefinição da nomenclatura para Fototeca Memória da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) é com o objetivo de referenciar o setor apropriadamente aos procedimentos empregados. Sendo assim, o acervo fotográfico terá os mesmos procedimentos realizados no Museu, contudo o tratamento físico e informacional será específico a sua tipologia, devido sua fragilidade e especificidade de materiais.

Com base na análise realizada, pode-se a partir da comparação entre o estudo dos conceitos de arquivo e museu e as formas operacionais dos Arquivos Fotográficos observados, para constatar como a teoria e a prática ainda estão colidindo dentro das instituições de guarda de memórias. Além disso, essa avaliação permitiu indicar caminhos para que o Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, que ainda está em fase de adaptações, reflita sobre sua missão, objetivo e necessidades e que assim se afirme dentro do que se propõem.

Considerações Finais

O objetivo principal deste trabalho foi desenvolver uma reflexão a partir do estudo dos conceitos de arquivo, museu e conservação fotográfica, para que assim fosse possível observar e analisar como os procedimentos de documentação, preservação/conservação/restauração e disponibilização da informação são empregados nas instituições de guarda de memórias detentoras de acervo fotográfico, neste caso os Arquivos Fotográficos da Câmara Municipal de Évora e Memória da Universidade Federal de Pelotas. Através dessa comparação entre teoria e prática, foi possível constatar a hipótese deste trabalho, o qual se propôs a redefinição da nomenclatura do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL para Fototeca Memória da UFPEL.

Verificou-se, a partir da reflexão conceitual e da observação dos procedimentos aplicados no Arquivo da Universidade, que o mais adequado seria a mudança da nomenclatura para tornar-se compatível com a missão, os objetivos e as práticas realizadas por este. Além disso, essa análise permitiu quanto a este Arquivo que se revisasse não só sua nomenclatura, como também se considerasse a necessidade de criar um regulamento para os procedimentos empregados pela equipe, tendo como solução necessária a elaboração de um regimento interno para nortear suas ações.

A partir dessa sugestão de redefinição de nomenclatura, foi possível averiguar outros dois pontos fundamentais de discussão deste trabalho. O primeiro no que diz respeito à utilização do termo fototeca para se referir ao espaço que organiza, trata, guarda, conserva, restaura, interpreta e disponibiliza coleções fotográficas; o segundo no que refere a busca pela padronização de conceitos e terminologias que sejam compatíveis aos procedimentos de organização e tratamento de acervos fotográficos nas instituições. Como mencionado no cap.3.2, o termo fototeca ainda não foi conceituado claramente e a sua utilização nas instituições além de ser recente, é bastante variável quanto ao sentido que se possa estar lhe atribuindo. Observou-se que sua implementação ocorre no momento que as instituições detentoras desta tipologia de acervo identificam as necessidades e especificidades características desse.

Defendo neste trabalho a utilização do termo fototeca para denominar o setor de um museu que lida com acervo fotográfico documental, que reconhece neste a necessidade de tratamento físico e informacional da fotografia-documento, seja pela sua variedade tipológica

de suporte e materiais, seja pelas possibilidades de interpretação e investigação que este possui. A criação de um espaço próprio nas instituições museais para o acervo fotográfico, tem sentido uma vez que se reconhece sua especificidade tanto física como informacional, pois a fotografia e as espécies fotográficas passam a ser vistas como documento, um documento gráfico que se diferencia, por exemplo, do que vem a ser a fotografia enquanto uma obra de arte. Essa diferença configura a fotografia e, consequentemente, o acervo fotográfico, como objeto de estudo, investigação e análise de natureza particular.

A segunda questão que deve ser levantada a partir do desenvolvimento deste trabalho diz respeito à confusão de conceitos e terminologias empregadas, ou seja, se verificou que a teoria e a prática ainda estão dissociadas dos procedimentos realizados nas instituições de guarda de memórias. Desta forma, foi possível verificar que há uma necessidade dessas instituições detentoras de acervo fotográfico virem a padronizar os conceitos e terminologias empregadas para o tratamento e organização de acervo fotográfico ou empregarem padrões terminológicos a serem conformados.

De acordo com o cap. 1, pode-se averiguar que são as particularidades conceituais do processo de tratamento físico e informacional desenvolvidas em arquivo e museu que os diferenciam. Nesse sentido, é que se deve identificar quais são essas especificidades e fazer disso o diferencial de cada instituição. Arquivos e museus possuem a responsabilidade do tratamento da informação, porém a forma como são realizadas as ações e projetados os objetivos a que se destinam é o que caracteriza e diferencia esses espaços.

Pode-se averiguar no subcapítulo 1.3 que instituições e especialistas na área de acervo fotográfico estão esforçando-se em criar métodos e técnicas próprios para o tratamento e organização destes. Buscam a padronização, para que instituição e equipe reconheçam a sua missão e objetivos a que se propõem e a partir disso se orientem.

Portanto, concluindo este trabalho, averiguou-se a necessidade de que se inicie uma discussão sobre a possibilidade de criar uma padronização conceitual e terminológica de organização, tratamento e disponibilização de acervo fotográfico para as diferentes instituições, neste caso arquivo ou museu. Proponho este debate por compreender que não se deve constituir um único modo de tratamento desse acervo e sim unificar métodos e técnicas que contemplem as necessidades, missão e objetivos da instituição detentora do mesmo. O esclarecimento sobre o que é a fototeca viria a contribuir significativamente para a definição do trabalho que as instituições realizam sobre seus acervos e, consequentemente, para a delimitação que o detentor dá a esse conjunto documental.

No caso do Arquivo Fotográfico Memória da UFPEL, há vários aspectos que devem ser considerados. No entanto, a forma de procedência e o tratamento do acervo por coleções já indica que a denominação Arquivo não deveria ser mantida. Se, no entanto, o projeto no qual este Arquivo foi criado, gerar um setor de museu, entende-se que seria adequado empregar o termo Fototeca. Observou-se que o referido Arquivo apresenta potencial para expandir o acervo com conjuntos fotográficos de grande interesse para a instituição e para a cidade, mas não, necessariamente, referentes à origem da cidade. Ao se empregar o termo Fototeca, estar-se-ia flexibilizando as possibilidades de recepção de novos conjuntos e ao mesmo tempo, contemplar-se-ia sua vocação para o arranjo dos grupos em coleções.

Com base nessas considerações encerro este trabalho, porém não este assunto, pois acredito que o debate acerca da organização e tratamento de acervo fotográfico está iniciando. Por isso, sugiro que o tema e as conclusões apresentadas possam gerar reflexão a respeito da importância de espaços e ações próprias para a salvaguarda do acervo, avaliando as diferenças entre arquivo fotográfico e fototeca e permitindo que cada espaço proceda conforme sua proposta, contanto que sua nomenclatura esteja de acordo com as práticas desenvolvidas.

Fontes Primárias

Entrevista com a coordenadora Carmen D. A. B. F. de Almeida do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, realizada nos dias 17/11/2009, 25/11/2009 e 07/07/2010.

Entrevista com a funcionária Joana Sofia C. Duarte responsável pela documentação e conservação das coleções fotográficas do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, realizada nos dias 02/12/2009 e 09/12/2009.

Entrevista com a funcionária Isabel Pereira, responsável pelas ações educativas do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, realizada no dia 18/01/2010.

Entrevista com a coordenadora Francisca Ferreira Michelon do Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas, realizada no dia 15/04/2011.

Análise das normas e do projeto de implantação do Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas.

DUARTE, Joana Campino. **Organização e Tratamento de Conservação de Fundos Fotográficos em Arquivos:** O caso prático da Coleção Passaporte no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora. Portugal, 2003.18f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Pós-Graduação e Mestrado em Ciências Documentais). Arquivologia. Universidade de Évora, Évora.

Referências bibliográficas

BELOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

_____. Documento de arquivo e sociedade. In: **Ciências e Letras** (Porto Alegre), Porto Alegre, n. 31, 2002. p.167-175.

BURGI, Sergio. **Organização e Preservação de Acervos Fotográficos.** Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www1.museus.gov.br/IBRAM/PAG/legislacao_detalhe.asp?cn=32. Acesso em: 11 de julho de 2011.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p.33-92.

CARTIER-BRESSON, Anne. Uma nova disciplina: a conservação – restauração de fotografias. **Cadernos técnicos de conservação fotográfica**, 3/ [organização do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte]. 3. ed.rev. – Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia.** Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museu. Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 100p.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Preservação e conservação em museus. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p.107-

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: Teoria para uma boa prática. In: **Cadernos de ensaios, nº2 Estudos de museologia.** Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994 p. 64-73.

_____; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para Acervos Museológicos.** Rio de Janeiro: MINC/SPHAN/PróMemória, 1987. Vol.2

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias.** São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 100. – (Projeto como fazer, 4).

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. p. 37. (Projeto como fazer; v. 2).

INTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA. **Manual para catalogação de documentos fotográficos.** Rio de Janeiro: fundação Biblioteca Nacional/FUNARTE-IBAC, 1992.

KOSSOY, Boris, 1941 - **Fotografia & História / Boris Kossoy.** – 2^a ed. ver. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LOPEZ, A.P.A. O contexto arquivístico como diretriz para a gestão documental de materiais fotográficos de arquivo. In: **VII Congresso de Archivología del Mercosur:** archivos, patrimonio documental del futuro, 2007, Viña del Mar. VII CAM. Santiago: ASOCARCIH, 2007. Disponibilizado através do site: <http://www.asocarchi.cl/DOCS/41.pdf>. Acesso em: 30/10/2010.

MARCONDES, Marli. **A importância da conservação fotográfica na reconstrução da memória.** Revista de Educação do Cogeime. Ano 11 - nº. 20 - junho/ 2002.

MORO, Fernanda de Camargo. **Museu:** Aquisição e documentação. Livraria Eça Editora. Rio de Janeiro, 1986.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 6 reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 228p.

PAVÃO, Luís. **Conservacção de Colecções de Fotografia.** Lisboa: Dinalivro, 1997. 355 p.

_____. Conservação de Fotografias: o essencial. In: **Cadernos técnicos de conservação fotográfica**, 3/ [organização do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte]. 3. ed.rev. – Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

PORTA, Eduard; MONTSERRAT, Rosa M; MORRAL, Eulália. **Sistema de Documentación para Museos.** Departament de Cultura de La Generalitat de Catalunya. Barcelona, 1982.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu e educação: conceitos e métodos. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.31, p.307-323, jan.-jun.2002.